



Catia Rolim Brandt

**ESTUDO SOBRE A INEFICIÊNCIA DO BANCO CENTRAL SOB A
VISÃO DA ESCOLA AUSTRÍACA DE ECONOMIA**

Horizontina/RS

2020

Catia Rolim Brandt

**ESTUDO SOBRE A INEFICIÊNCIA DO BANCO CENTRAL SOB A
VISÃO DA ESCOLA AUSTRÍACA DE ECONOMIA**

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pelo Curso de Ciências Econômicas da Faculdade Horizontina (FAHOR).

ORIENTADOR: Stephan Sawitzki, Mestre.

Horizontina/RS

2020

**FAHOR – FACULDADE HORIZONTINA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a monografia:

**Estudo sobre a ineficiência do Banco Central sob a visão da Escola
Austriaca de Economia**

Elaborada por:

Catia Rolim Brandt

como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Econômicas

Aprovado em: 28/11/2020

Pela Comissão Examinadora

**Mestre. Stephan Sawitzki
Presidente da Comissão Examinadora - Orientador**

**Mestre. Márcio Leandro Kalkmann
FAHOR – Faculdade Horizontina**

**Mestre. Ivete Linn Ruppenthal
FAHOR – Faculdade Horizontina**

Horizontina/RS

2020

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia aos meus pais, Luiz e Lucia, que sempre fizeram o possível e o impossível para que eu pudesse estudar, e a minha irmã, Carolina, minha maior incentivadora, sem eles esse estudo não seria possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família pelo apoio e compreensão nesses últimos anos. Agradeço também aos meus colegas, que com paciência se construiu amizades que serão levadas para vida. Em especial, agradeço a Alessandra de Moura Soares, que me salvou em muitas ocasiões, se estou aqui é porque tive o apoio e ajuda dela. Agradeço todos os professores pelos ensinamentos, que certamente serão sempre lembrados. E ao meu noivo, Anderson, o mais profundo e sincero agradecimento, sem ele com certeza esse projeto não teria acontecido, obrigada por toda paciência e carinho que teve comigo durante esse ano. E por fim agradeço a Deus, por toda a força e sabedoria, e pela vida.

*"Ideias e somente ideias podem iluminar a
escuridão."*

Ludwig von Mises

RESUMO

Com a economia mundial tendo ciclos e vivendo crises a cada par de anos, agentes econômicos buscam culpados, criam teorias e apontam possíveis soluções. Muitas das crises e problemas que as economias mundiais enfrentam há mais de cem anos, na visão da escola austríaca, se deve a existência dos Bancos Centrais. Neste contexto, a presente pesquisa tem como objetivo demonstrar a ineficiência do Banco Central do Brasil. A metodologia usada para alcançar os objetivos são métodos: exploratório e descritiva, tendo como método de abordagem o dedutivo. Quanto aos métodos investigativos usaram-se os processos históricos e comparativos. Já quanto a técnica de pesquisa usou-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Por apresentar dados quantitativos, para análise e discussão dos resultados usou-se a análise de conteúdo. Para alcançar os objetivos desta pesquisa buscou-se analisar a história e o surgimento do Banco Central do Brasil e a evolução da política monetária brasileira, e apresentar a Escola Austríaca da Economia. Ao longo da pesquisa observou-se que Banco Central está relacionado com muitos pontos que impactam a “saúde” da economia, contudo, há alternativas de sistemas financeiros e bancários. Destaca-se também como o governo brasileiro intervém no Banco Central, assim apresenta-se a consequência disto. Sendo o foco principal desta pesquisa buscou-se apresentar a ineficiência do Bacen, de forma que histórico de taxas de juros e desvalorização evidenciam o desequilíbrio das políticas monetárias feitas pelo Banco Central. Comparou-se as principais características entre Banco Central do Brasil com a do Banco Central Americano (FED). A análise demonstrou que os bancos centrais podem sim ser precursores de crises econômica, assim apresentou-se a crise do *Subprime*, 2008, onde o Banco Central Americano (FED) foi um dos principais responsável pelo colapso econômico norte-americano.

Palavras-chave: Banco Central. Escola Austríaca. Política Monetária

ABSTRACT

The world economy having cycles and experiencing crises every couple of years, economic agents look for culprits, create theories and point out possible solutions. Many of the crises and problems that world economies have faced for more than a hundred years, in the view of the Austrian school, are due to the existence of Central Banks. In this context, this research aims to demonstrate the inefficiency of the Central Bank of Brazil. The methodology used to achieve the objectives are methods: exploratory and descriptive, using the deductive approach. As for investigative methods, historical and comparative processes were used. As for the research technique, bibliographic research and documentary research were used. For presenting quantitative data, content analysis was used to analyze and discuss the results. To achieve the objectives of this research, we sought to analyze the history and emergence of the Central Bank of Brazil and the evolution of Brazilian monetary policy, and to present the Austrian School of Economics. Throughout the research, it was observed that the Central Bank is related to many points that impact the “health” of the economy, however, there are alternatives for financial and banking systems. It also stands out how the Brazilian government intervenes in the Central Bank, so the consequence of this is presented. Being the main focus of this research, we tried to present the inefficiency of the Bacen, so that the history of interest rates and devaluation show the imbalance of monetary policies made by the Central Bank. The main characteristics of the Central Bank of Brazil were compared with that of the American Central Bank (FED). The analysis showed that central banks can be the precursors of economic crises, thus presenting the Subprime crisis, 2008, where the American Central Bank (FED) was one of the main responsible for the North American economic collapse.

Keywords: *Central bank. Austrian School. Monetary policy*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1: Demonstrativo da evolução da moeda	18
Figura 2: Esquema Simples do funcionamento do sistema financeiro.	25
Figura 3: Organização do Sistema Financeiro Nacional	26
Figura 4: Encarecimento dos bens e serviços cujos preços são livres (linha azul) e dos bens cujos preços são regulados pelo governo (linha vermelha)	47

Quadros

Quadro 1: Regimes monetários brasileiros, 1914-1994, e adiante.....	30
Quadro 2: Diferenças entre o Banco Central do Brasil e Banco Central Americano (FED).....	48

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 METODOLOGIA	15
3 REVISÃO DA LITERATURA	17
3.1 EVOLUÇÃO DA MOEDA: DO ESCAMBO A MOEDA DIGITAL.....	17
3.2 ECONOMIA MONETÁRIA.....	20
3.2.1 TEORIA QUANTITATIVA DA MOEDA	20
3.2.2 CONFERÊNCIA DE BRETTON WOODS	23
3.2.3 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	24
3.3 BANCO CENTRAL.....	27
3.3.1 CRIAÇÃO DO BANCO CENTRAL	28
3.3.2 TRAJETÓRIA DA POLÍTICA MONETÁRIA NACIONAL	30
3.4 ESCOLA AUSTRÍACA DE ECONOMIA.....	33
3.4.1 INÍCIO, HISTÓRIA E PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES	33
3.4.2 PRINCIPAIS IDEIAS E SUA IMPORTÂNCIA	35
3.4.3 A ESCOLA AUSTRÍACA E A POLÍTICA MONETÁRIA	36
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	37
4.1 SISTEMA BANCÁRIO LIVRE.....	37
4.2 INTERVENÇÃO DO GOVERNO, E SUAS CONSEQUÊNCIAS	38
4.2.1 Consequências	40
4.3 INEFICIÊNCIA DO BANCO CENTRAL.....	42
4.3.2 Histórico de taxas de juros	42
4.3.2 Desvalorização do real	45
4.3.2 Comparativo entre o Banco Central Brasileiro e Banco Central Americano (FED)	48
4.4 O GOVERNO, O FED E A CRISE DE 2008.....	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

Dada como um ramo das ciências sociais, a economia é a ciência que estuda a atividade produtiva, restringindo-se aos problemas referentes ao uso eficiente de recursos escassos para a produção de bens (SANDRONI, 1994). Dessa forma, a economia preocupa-se em mensurar os parâmetros para alocação e distribuição desses recursos. Para o estudo e melhor compreensão da economia, dividem-se os diferentes pensamentos, teorias, nas chamadas “escolas” do pensamento econômico e entre elas está a Escola Austríaca, um paradigma pouco estudado nos meios acadêmicos.

A escola austríaca entra na defesa de um pensamento liberal clássico da economia. Entre os séculos XVIII e XIX a palavra liberalismo fazia referência a uma filosofia de vida pública, esta afirmava que as sociedades e suas partes não precisam ter um controle administrativo central, pois a própria sociedade se organiza com interações voluntárias visando benefícios e interesses mútuos. Hoje o termo liberalismo já foi apropriado por democratas totalitários, mas na tentativa de recuperar este termo, dá-se a ele um novo nome: liberalismo clássico (ROCKWELL, 2008).

A escola austríaca diverge, em teoria, da maioria dos pensamentos econômicos das demais escolas, ficando então, quase sempre isolada nos debates econômicos e sendo ignorada por economistas, políticos, mídia e demais agentes econômicos. Deste modo, a escola austríaca acabou por se tornar uma alternativa às teorias mais estudadas pelo *mainstream*, principalmente quando o assunto é Banco Central e o seu real papel na economia.

Assim, para o entendimento de como o Banco Central age na economia do país, é necessário entender a história dos bancos centrais e sua real função. A maioria das pessoas não possui a informação e não se perguntam de onde vem o dinheiro que ela consome, qual a função dos preços, não sabe quem controla, ou porque as coisas perdem valor. Da mesma forma, as pessoas acreditam que o Banco Central, é uma instituição de suma importância para o crescimento de um país.

Assim, com este estudo, buscou-se demonstrar suas origens, interesses e influências intelectuais, colocando argumentos tanto econômicos como filosóficos para demonstrar a funcionalidade dos bancos centrais. Neste sentido, o tema dessa pesquisa é o estudo do Banco Central sob a óptica da escola austríaca de economia.

Com a economia mundial tendo ciclos e vivendo crises a cada par de anos, agentes econômicos buscam culpados, criam teorias e apontam possíveis soluções. Muitas das crises e problemas que as economias mundiais enfrentam há mais de cem anos, na visão da escola austríaca, se deve a existência dos Bancos Centrais. Sendo assim, esse estudo tem como problema: Seria o Banco Central o responsável pelas crises e desequilíbrios monetários?

Como em várias áreas de estudo, na ciência econômica é de extrema importância o debate entre diferentes pensamentos, entre eles o debate sobre a existência do Banco Central, sendo este de grande relevância para os rumos que o mundo deve ou vai tomar. Grande parte dos cursos de Economia ignoram esse debate, deixando o assunto de lado em sala de aula e utilizando métodos, quase sempre, discutíveis.

No meio acadêmico, a escola austríaca não possui grande prestígio e nem sequer é estudada (na grande maioria das faculdades ela é ignorada, assim como em livros de história do pensamento econômico). Contudo, a escola austríaca vem crescendo muito nos últimos anos, com mais artigos, livros e estudos a seu respeito. Austríacos demonstram grande base teórica e se solidificam na realidade, buscam e merecem mais atenção.

Com isto, essa pesquisa se justifica com um tema de extrema relevância atualmente e com larga base teórica oferecida pela escola austríaca, pois se introduz ao debate econômico e acadêmico um tema tão negligenciado por ambos, e é de suma importância para um futuro econômico sólido que tantos economistas almejam.

Essa pesquisa teve como objetivo demonstrar a ineficiência do Banco Central do Brasil. Em termos específicos pretendeu-se:

- a) Descrever o início da política monetária, assim mostrando a teoria clássica da moeda;
- b) Apresentar a Escola Austríaca de Economia;
- c) Caracterizar o sistema financeiro nacional;

- d) Descrever a criação do Banco Central e a evolução da sua política monetária, assim caracterizando o Banco Central brasileiro;
- e) Elencar fatores que mostram a ineficiência do Banco Central Brasileiro.

Além da introdução, este trabalho foi organizado de forma que primeiramente foi apresentada a metodologia de pesquisa, sendo sequenciado pela revisão literária, onde se pôs as primícias necessárias para construção de argumentos reais para assim construção dos resultados, que consta na sequência desta monografia.

As análises e os resultados foram organizados de maneira que evidenciasse primeiramente os fatores que mostram a ineficiência do Banco Central, assim trazendo a análise do histórico da taxa de juros brasileira, sequenciado pela apresentação das intervenções governamentais, e decisões tomadas pelo Banco Central. Foi apresentado também um breve comparativo entre os Bancos Centrais de diversas nações, a fim de analisar as taxas de inflação em relação à taxa de independência dos bancos.

Em sequência foram demonstrados alguns exemplos de como os Bancos Centrais contribuíram para crises monetárias, desta forma se dá terminada a exposição dos resultados, e assim consequentemente foi apresentada as considerações finais desta monografia.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa pode ser classificada como exploratória e descritiva, quando se trata dos objetivos. Usa-se a pesquisa exploratória para tornar o trabalho mais compreensivo, pois, tal pesquisa aproxima o objeto da pesquisa de seu pesquisador. Conforme Gil (2008), este tipo de pesquisa pode ser descrito da seguinte forma:

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado (GIL, 2002, p.41).

Também foi usado o método de pesquisa descritivo, que tem como objetivo a descrição das características do fenômeno pesquisado, assim estabelecendo uma relação entre os dados obtidos na pesquisa, dessa forma, visando a uma proximidade com o problema em questão (GIL, 2008). Conforme Prodanov e Freitas (2013), na pesquisa descritiva o pesquisador apresenta os fatos observados de maneira que não altera ou interfere as informações levantadas.

Assim, para alcançar os objetivos deste trabalho, utilizou-se a pesquisa exploratória e descritiva para reunir todo o material sobre o Banco Central Brasileiro, e descrever como ocorreu a evolução da política monetária desde a criação do banco, e foi usada para apresentação da escola austríaca de economia.

Como método de abordagem esse trabalho utilizou o método dedutivo, que parte das premissas reconhecidas como verdadeiras e indiscutíveis, assim conduzindo as conclusões de maneira propriamente formal, ou seja, devido somente a sua lógica (GIL, 2008). O pensamento dedutivo objetiva explicar o conteúdo das premissas, por meio de uma ordem lógica de fatos decorridos e analisados, que assim chegando a uma conclusão (PRODANOV; FREITAS, 2013). Dessa forma, seguindo a forma lógica dos dados reunidos, o estudo apresentou em ordem, começando pela apresentação da ideologia austríaca sobre a economia, seguido pela descrição como este pensamento incide no Banco Central, e assim estudando a sua política monetária.

Buscando compreender o processo histórico e as raízes da ineficiência do Banco Central brasileiro, tornou-se indispensável o uso do método histórico para a investigação desta instituição e suas derivadas. Conforme Marconi e Lakatos (2003)

o método histórico consiste em:

Partindo do princípio de que as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado, é importante pesquisar suas raízes, para compreender sua natureza e função. Assim, o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. Seu estudo, para uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenham na sociedade, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações (MARCONI; LAKATOS 2003, p.106).

Também usou-se o método comparativo como processo de investigação, sendo esse essencial para a construção das premissas para comprovação dos resultados, onde buscou-se comparar dados de diferentes bancos, o método comparativo é dado por Lakatos e Marconi (1991) como:

Considerando que o estudo das semelhanças e diferenças entre diversos tipos de grupos, sociedades ou povos contribui para uma melhor compreensão do comportamento humano, este método realiza comparações com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências. O método comparativo é usado tanto para comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, quanto entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento (MARCONI; LAKATOS 1991, p. 32).

Quanto a técnica de pesquisa, foi usada a pesquisa bibliográfica e a documental, sendo que a pesquisa bibliográfica consiste na análise de material já elaborado, assim permitindo ao pesquisador uma maior abrangência na coleta dos dados. Dessa maneira, ressalta-se que a melhor, e talvez única, forma de conhecer fatos do passado é aderir a pesquisa bibliográfica (GIL, 2008). E ao que se refere a pesquisa documental, as fontes de coleta de dados são documentos de fontes primárias, ou seja, documentos de arquivos públicos, publicações parlamentares, e estatísticas que foram publicadas pelo governo brasileiro (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Assim, usou-se a pesquisa bibliográfica para o levantamento dos dados históricos, que fundamentada em livros, revistas, artigos e publicações, compreendeu-se toda a trajetória da política monetária desenvolvida pelo Banco Central do Brasil, assim como o pensamento histórico da Escola Austríaca de Economia.

Em virtude do uso de dados quantitativos, para a análise e discussão dos resultados foi utilizada a análise de conteúdo, este tipo de análise consiste em preocupar-se na confiabilidade dos dados recolhidos, assim objetivando encontrar o sentido total do documento (LOZADA, 2019).

3 REVISÃO DA LITERATURA

O referencial teórico do presente trabalho, é constituído pela exposição da teoria quantitativa da moeda, atendo-se apenas nos primórdios da teoria clássica, assim analisou a criação do Banco Central e sua necessidade, segundo a Escola Austríaca da Economia. Neste contexto, foi de suma importância os pensamentos dos autores como Mises (1949), Hayek (1976), Paul (2009), Franco (2017), Rothbard (2013) sendo essenciais, pois, a opinião dos escritores para formar a estrutura necessária para defesa dessa pesquisa.

Esta seção está organizada de modo que, primeiramente é apresentado a evolução da moeda, desde escambo a moeda digital, sequenciado pela Teoria Quantitativa da Moeda, após é descrito a criação do Banco Central do Brasil, e por fim é apresentada a Escola Austríaca de Economia.

3.1 EVOLUÇÃO DA MOEDA: DO ESCAMBO A MOEDA DIGITAL

Toda a história civilizacional a mostra como o homem primitivo tinha que se defender do frio e da fome, procurando cavernas para se abrigar e lutando pelos alimentos. Ao longo da evolução dos séculos, com o desenvolvimento da inteligência, o homem passou a ver o conforto como algo fundamental. Assim, as necessidades individuais, os prazeres e a percepção de futuro fizeram com que surgissem as trocas (GONÇALVES, 1984).

Conforme o Banco de Cabo Verde (?), o dinheiro nem sempre existiu. Durante um longo tempo não houve dinheiro no mundo, as pessoas apenas trocavam as mercadorias que precisavam com os outros (escambo). Por exemplo, se uma pessoa tivesse bastante ovo e outra pessoa bastante fruta, trocavam parte dos ovos por parte das frutas, de forma simples ambas as pessoas ficavam satisfeitas. Abaixo a figura 1 com o demonstrativo das principais mercadorias usadas como moeda:

Figura 1: Demonstrativo da evolução da moeda

REGIÕES	MERCADORIA-MOEDA
ANTIGUIDADE (até 410)	
Egito	Cobre
Babilônia, Assíria	Cobre, prata, cevada
Pérsia	Gado
Bretanha	Barras de ferro, escravos
Índia	Animais domésticos, arroz, metais
China	Conchas, seda, sal, cereais
IDADE MÉDIA (410 a 1453)	
Ilhas Britânicas	Moedas de ouro, gado, ouro, prata
Alemanha	Gado, cereais, mel
Islândia	Gado, tecidos, bacalhau
Noruega	Gado, escravos, tecidos
Rússia	Gado, prata
China	Arroz, chá, sal, estanho, prata
Japão	Anéis de cobre, pérola, arroz
IDADE MODERNA (1453 a 1789)	
Estados Unidos	Fumo, cereais, madeira, gado
Austrália	Rum, trigo, carne
Canadá	Peles, cereais
França	Metais preciosos, cereais
Japão	Arroz

Fonte: New Greenfil (2020?).

Durantes muitos séculos perdurou esse sistema de trocas diretas entre pessoas, dando origem a alguns vocabulários, tais como o “salário”, a ideia de pagamento através de quantias de sal; O significado de rebanho (gado) com a palavra “pecúnia” (SEABRA, 2010).

Segundo, Seabra (2010), após o passar dos séculos com o homem fazendo apenas trocas diretas, começam a surgir as primeiras moedas, geralmente em metal. O surgimento da moeda se dá na Lídia (o que seria a Turquia hoje), por volta do século VII a.c. Toda a característica que a moeda deveria ter (que desejavam passar) era cunhada através de pancadas com objetos pesados (martelo, por exemplo), momento que surge a cunhagem a martelo, assim os signos da moeda eram valorizados pela nobreza do metal utilizado, ouro e prata, por exemplo.

Com o passar dos tempos, a evolução monetária faz com que o ouro e a prata sejam substituídos por metais menos raros, mas os atributos de beleza e a expressão de cultura foram preservados nas moedas, que hoje em dia, normalmente, apresentam imagens que fazem alusão a momentos históricos e culturais da sociedade (SEABRA, 2010).

Com o tempo houve a necessidade de guardar o dinheiro, o que deu origem aos bancos. Homens que negociavam ouro e prata tinham cofres a seu serviço para guardarem as moedas, assim começaram a aceitar cuidar das moedas de seus clientes e dar recibos á eles com a quantia guardada. Os recibos passaram a servir como um meio que as pessoas faziam pagamentos, já que eram mais seguros que portar o dinheiro vivo. Assim nascem as cédulas de papel-moeda e as instituições que guardam os valores em espécie, bancos (SEABRA, 2010).

Sobre a evolução dos papéis moeda, Seabra (2010) observou:

Ao longo do tempo, foi observado que, apesar do fluxo permanente de conversão e de emissões de certificados mediante novos depósitos, sempre restava uma parcela de metais ociosa. Com base nessa constatação, certificados não lastreados (ou parcialmente lastreados) começaram a ser emitidos, levando à criação da moeda fiduciária (dependente de confiança) ou papel-moeda. Hoje, predominam regimes de papel-moeda não conversível, com os governos detendo o monopólio ou o controle sobre sua emissão. A derradeira moeda importante a manter parcialmente o padrão-ouro foi o dólar norte-americano (até 1971) (SEABRA, 2010, spn).

Com essa evolução dos bancos e serviços monetários, os pagamentos e transações tornaram-se mais fáceis, atualmente é comum pagamentos eletrônicos (o surgimento da internet possibilitou o início dessa evolução), onde o cartão de crédito e débito e até por meio do celular as transações são feitas.

Sobre o atual arranjo monetário prevalecente no mundo, que acabou por ser um, gatilho para o surgimento de moedas virtuais, Urich (2014) discorre:

O atual arranjo monetário⁴⁶ do Ocidente baseia-se em dois grandes pilares: 1) monopólio da emissão de moeda com leis de curso legal forçado⁴⁷; e 2) banco central, responsável por organizar e controlar o sistema bancário. Em grande parte dos países, a tarefa de emissão de moeda é delegada pelo estado ao próprio banco central. É, portanto, patente a interferência governamental no âmbito monetário. Tal arranjo é a antítese de livre mercado; considerá-lo um exemplo de capitalismo exige uma boa dose de elasticidade intelectual. Além disso, as moedas hoje emitidas pelos governos não têm lastro algum, senão a confiança dos governos. Ao longo de centenas de anos, o arranjo monetário desenvolveu-se de tal forma que não há mais vestígios de qualquer vínculo ao ouro ou à prata, ambos metais preciosos que serviram como dinheiro por milênios (URICH, 2014, p36)

A primeira moeda virtual a existir e mudar toda a concepção monetária vigente foi o Bitcoin. De forma sucinta e direta, Urich (2014) nos diz o que é o bitcoin:

Em poucas palavras, o Bitcoin é uma forma de dinheiro, assim como o real, o dólar ou o euro, com a diferença de ser puramente digital e não ser emitido por nenhum governo. O seu valor é determinado livremente pelos indivíduos no mercado. Para transações online, é a forma ideal de pagamento, pois é rápido, barato e seguro. Você lembra como a internet e o e-mail revolucionaram a comunicação? Antes, para enviar uma mensagem a uma pessoa do outro lado da Terra, era necessário fazer isso pelos correios. Nada mais antiquado. Você dependia de um intermediário para, fisicamente, entregar uma mensagem. Pois é, retornar a essa realidade é inimaginável. O que o e-mail fez com a informação, o Bitcoin fará com o dinheiro. Com o Bitcoin você pode transferir fundos de A para B em qualquer parte do mundo sem jamais precisar confiar em um terceiro para essa simples tarefa. É uma tecnologia realmente inovadora (URICH, 2014 p.15).

Enfim, ao longo dos séculos a forma que as pessoas se relacionam, fazem negócio e crescem mudou muito, evolui como nunca foi imaginado. Do escambo a moeda digital, passou-se por vários desafios e outros ainda virão. A moeda virtual veio para causar uma ruptura, seguindo um caminho natural e lento de aprendizado e aprimoramento, que ainda vai derrubar esse sistema coercitivo e autoritário de política monetária utilizado no mundo (URICH, 2014).

3.2 ECONOMIA MONETÁRIA

Nesta seção, serão apresentados conceitos de suma importância para economia monetária, que de forma bastante esclarecedora, descrevem o início do debate monetário, e suas transformações estruturais ao longo dos anos.

3.2.1 TEORIA QUANTITATIVA DA MOEDA

A teoria quantitativa da moeda começou a se desenvolver a partir do século XVIII, através do debate sobre as dificuldades sentidas pelas autoridades da época que eram responsáveis pelo controle da moeda, que tentavam conduzir um caminho seguro em meio a inflação e deflação. Nesta parte será apresentado os primórdios da teoria quantitativa da moeda, onde se explica o porquê o surgimento dos bancos centrais (CARVALHO ET AL, 2015).

Segundo Carvalho et al (2015) o debate monetário surgiu na Inglaterra, a

moderna teoria monetária britânica surge no meio de conflitos entre a Inglaterra e a França, a economia britânica vê a necessidade incomum e exagerada de emissão de moeda e a criação de crédito, para suprimir os problemas monetários. Estes só ficam evidentes quando as notas de papel, em especial as notas emitidas pelos bancos, começaram a competir com a moeda metálica como meio de troca, isso acarretou maiores restrições na oferta de moeda.

Ainda conforme Carvalho et al (2015) em 1797, a Inglaterra cortou a ligação automática entre suas notas e os metais preciosos, assim suspendendo os pagamentos em metal. Porém, na primeira década do século XIX, quando houve uma deterioração no valor da Libra, foi quando buscou-se uma primeira explicação sobre as flutuações cambiais. Essa discussão deu-se o início da Comissão do Ouro de 1810, que fez com que a Inglaterra voltasse para o padrão-ouro. Entretanto, mesmo com a volta para o antigo sistema, não ocorreu uma apreciação da Libra, mas sim o contrário.

Conforme os autores, Carvalho et al (2015) o debate entre bullionistas e antibullionistas deu-se através da procura para uma explicação para depreciação da moeda britânica, isso fica evidente em:

Os bullionistas atribuem a elevação no preço do ouro em barra a uma emissão excessiva papel-crédito (notas bancárias), devida à má administração monetária do Banco da Inglaterra, enquanto que os antibullionistas encontravam uma explicação circunstancial no efeitos das maciças despesas externas efetuadas pelo governo inglês devido às guerras, acompanhadas pela desaceleração das exportações na primeira década do século XIX. Como para os bullionistas a principal causa da depreciação da libra em termos de ouro era a política inflacionaria do Banco da Inglaterra, ao emitir demasiadamente papel-moeda, a única maneira de restaurar a estabilidade monetária seria impor ao Banco uma restrição de resgatar suas notas em ouro, ou seja, um retorno à conversibilidade e ao vínculo entre notas bancárias e metais preciosos (CARVALHO; ET AL, 2015, p.28).

Sendo assim, esses dois pontos de vistas foram defendidos por distintos grupos, sendo que a posição bullionistas foi assegurada pelos economistas da época, já a oposição foi apoiada pelos diretores do Banco da Inglaterra. Assim, deu-se o início ao debate entre diferentes escolas do meio monetário (CARVALHO ET AL, 2015).

Conforme Carvalho et al (2015), após os acontecimentos ocorridos na Inglaterra, deu-se início a uma discussão na qual o ponto principal em debate era a emissão excessiva de notas, onde se questiona se deveria centralizar ou não o monopólio de emissão de moeda, e também se deveria haver regras de emissão.

Essa discussão deu-se entre as Escola do Meio Circulante, a Escola Bancária, e a Escola dos Bancos Livres.

A Escola do Meio Circulante, defendia que para possuir uma reserva de papel-moeda que nem fosse excessivo e nem deficitário, precisaria uma regulação rígida sobre os brancos. Assim eles eram pró em criar uma técnica que fosse fiel ao estoque de nacional de ouro de modo que a emissão de notas pudesse variar involuntariamente de acordo com as flutuações do estoque de moeda. Dessa forma, adoção do padrão-ouro, exigiria que moeda fosse mista, ou seja, ela funcionaria exatamente igual uma moeda corrente metálica. Portanto, neste sistema não seria necessário regular a atividade bancária, mas sim apenas a emissão de moedas (CARVALHO ET AL, 2015).

Já para a Escola Bancária, as necessidades do comercio que determinaria o volume de notas em circulação, ou seja, a demanda que influencia na emissão de papel moeda, se ela seria maior ou menor. Neste sistema, não seria necessária uma legislação para controlar o sistema monetário. Os defensores dessa Escola, acreditavam que a conversibilidade bastaria para preservar a emissão de notas e manter o balanço de pagamento em equilíbrio no longo prazo (CARVALHO ET AL, 2015).

Sendo a Escola mais distinta entre as três, a Escola dos Bancos Livres, acreditava num sistema monetário-financeiro, onde os bancos competiam em todos os serviços bancários, até mesmo na emissão de moeda, ou seja, não haveria um monopólio. Os bancos seriam descentralizados e competitivos, contudo, a emissão de papel-moeda não seria livre, mas sim estável (CARVALHO ET AL, 2015).

Para os autores Carvalho et al (2015), cada Escola mostrou-se distinta quanto há existência de um órgão central para o controle da moeda, isto fica evidente em:

As Escolas do Meio Circulante e Bancária estavam de acordo que um Banco Central com o direito exclusivo de emissão era essencial para zelar pela saúde da economia, mas deferiam quanto a necessidade de uma regra para emissão de notas: a Escola do Meio Circulante defendia uma regra-limite para a autoridade monetária, enquanto que a Escola Bancária propunha uma autoridade sem regras. Por outro lado, a Escola dos Bancos Livres desaprovava tanto uma regra-limite com uma autoridade sob a forma de Banco Central, defendendo um sistema emissor de notas competitivo que seria autorregulado (CARVALHO; ET AL, 2015, P.28).

Segundo Carvalho et al (2015) foi a Lei Bancária de 1844, que se reconheceu a necessidade de centralizar o controle de oferta de moeda. Na ocasião, o Banco da Inglaterra, passou a ser oficialmente a autoridade monetária principal, passando

assim a ter a função de banco comercial e banco emissor. O Banco também passou a ser uma espécie de Conselho da Moeda.

3.2.2 CONFERÊNCIA DE BRETTON WOODS

No ano de 1944 o governo americano convocou a presença de 44 nações para a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, na cidade de Bretton Woods. Tendo como objetivo promover a cooperação internacional por meio das instituições bancárias, contribuir o comércio internacional e elaborar uma estabilidade cambial, a conferência teve como resultado a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI), que seria o órgão responsável por estabilizar o Sistema Monetário Internacional (PEREIRA, 2014).

Os sucessivos anos após Primeira Guerra Mundial, foi marcado pelo alto nível de desemprego, e por grandes comoções sociais, fatores esses que levaram a grande depressão de 29, e início da Segunda Guerra Mundial. Contudo a preocupação predominante entres os países desenvolvidos no início do século 40, eram que após o fim da II Guerra, esses problemas voltassem a surgir (CARVALHO, 2004).

A urgência de implementar medidas que reduzissem o risco de retorno da depressão explica muitas mudanças econômicas, sociais e políticas importantes do período — entre elas, notadamente, a aprovação da Lei de Emprego nos Estados Unidos em 1944. Medidas domésticas, no entanto, poderiam não ser suficientes para evitar a volta da depressão. No passado recente a economia internacional constituía uma forte restrição à adoção de políticas que estimulassem a atividade econômica, de forma que também na esfera internacional era preciso criar instituições e regras de comportamento que reforçassem o poder dos governos de perseguir a prosperidade doméstica. A ideia de organizar formalmente o sistema de pagamentos internacionais nasceu justamente da insatisfação, do ponto de vista da sustentação da atividade econômica, com as duas formas espontâneas que haviam predominado até a II Guerra: o padrão-ouro e o sistema de câmbio livre (CARVALHO, 2004, p.4).

Tanto quanto os Estados Unidos, como a Inglaterra preocupavam-se em encontrar formas que pudessem reduzir os riscos para uma depressão, para isso era preciso que mudanças drásticas na economia, na sociedade e na política fossem feitas. Pensando nas operações econômicas internacionais, ambos países focaram em duas principais mudanças: o padrão-ouro e o sistema de câmbio livre (CARVALHO, 2004).

Como principais entusiastas para que mudanças fossem feitas, conforme

Carvalho (2004), os Ingleses exploravam um padrão que trouxesse liberdade para adotar políticas que permitissem sustentar o pleno emprego, enquanto para os nortes americanos, pretendiam a expansão do comércio internacional, com medidas cambiais rígidas e organizadas.

O Acordo de Bretton Woods mostrou a hegemonia americana pós guerra, conforme Kilsztajn (1989), isso ocorreu porque, oficialmente, no papel de reserva internacional, o dólar substituiu o ouro com dinheiro universal. Assim, as demais moedas deveriam se alinhar ao dólar, tornando-se convertíveis a taxa de câmbios fixas. Porém nem tudo foi sucesso, segundo Kilsztajn:

De 1944 até o início dos anos 50, a escassez de dólares manifestava-se em superávits nas contas-correntes norte-americanas e na demanda internacional de dólares para a constituição de reservas. O quadro do pós-guerra, evidentemente, sequer comportava a livre convertibilidade das moedas dos principais países industrializados. A convertibilidade das moedas foi alcançada somente em 1958, mas, a partir de 1960, o dólar já deixa de ser *facto* convertível em ouro. A crise do dólar, resultado do fluxo de capitais do Estados Unidos para o resto do mundo, agravou-se depois de 1971 com a inconvertibilidade declarada do dólar e os déficits em contas-correntes e na balança comercial norte-americana (KILSZTAJN, 1989, p. 2).

O sistema financeiro, na década de 70, foi atingido pela alta expansão da liquidez internacional, taxas reais de juros negativas, inflação, desvalorização do dólar, e ainda atrelado há duas crises de petróleo. Dessa forma em 1979, foi decretada uma nova soberania do dólar, na década seguinte, os Estados Unidos enfrentaram altas taxas reais de juro e forte queda nos preços das commodities, acabaram detonando as crises das dívidas externas (KILSZTAJN, 1989).

Conforme Kilsztajn (1989, p.2), “entre o padrão-ouro histórico e os projetos de uma moeda artificial, a economia internacional convive concretamente com um sistema monetário *oligopolar*.”

3.2.3 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

O sistema financeiro é responsável pelos ajustes nas falhas do mercado, isso porque os mercados estão condicionados a erros, que podem ocorrer nas trocas entre os agentes econômicos. O sistema financeiro é composto pelo Banco central, bancos comerciais e de investimentos, fundos de investimentos, corretoras de valores, bolsa de valores e entre outras instituições (CARVALHO ET AL, 2015).

Figura 2: Esquema Simples do funcionamento do sistema financeiro.



Fonte: Bebczukl, 2003.

Conforme a figura 2, o funcionamento do sistema se dá através da alocação dos recursos entre os poupadores e os tomadores de empréstimos, ou seja, o dinheiro depositado na poupança é transmitido pelo sistema financeiro em forma de empréstimos, assim tornando esses recursos em produtividade (SILVA, PORTO JUNIOR, 2006, sp.).

Os Sistema Financeiro Nacional, antes da criação do Banco Central é era formado por três instituições que faziam esta função, essas instituições eram: o Banco do Brasil, o Tesouro Nacional e a Superintendência de Moeda e Crédito (Sumoc). Todas estavam relacionadas a política monetária brasileira, como na definição da taxa de juros e o poder de estabilizar a moeda (SOUZA, MERELES, 2018).

A Superintendência de Moeda e Crédito foi desenvolvida em 1945 no governo do Getúlio Vargas, tinha caráter de autoridade monetária do país. O órgão era subordinado ao Ministério da Fazenda e sua organização era dividida em duas partes, conforme Souza e Mereles (2018)

- 1) um conselho, que tomava as decisões de caráter organizacional e sobre as políticas monetárias;
- 2) um grupo executivo, que iria operacionalizar os trabalhos da instituição e o que fosse decidido pelo conselho (SOUZA, MERELES, 2018, S.P).

Sendo assim, as suas principais funções era organizar o sistema bancário, regulamentar e fiscalizar o sistema bancário, assim supervisionando a atuação dos bancos comerciais do país, era também responsável por orientar a política de câmbio, promover a criação de estudos econômicos no país (SOUZA, MERELES, 2018).

Já o Banco do Brasil, sendo uma das instituições mais antigas do país, foi a primeira instituição financeira do Brasil, desde a sua criação em 1808 o Banco já passou a possuir diversas atribuições, inclusive a de imprimir o papel-moeda. Posteriormente a criação do Banco Central, o Banco do Brasil era o banco do governo, e antes da criação da SUMOC, o Banco do Brasil atuava como a

autoridade monetária do país (SOUZA, MERELES, 2018).

A partir da criação do Banco Central no ano de 1964, as contas do Banco do Brasil e a do Tesouro Nacional foram separados e foi redirecionado ao Banco Central emprestar dinheiro ao Tesouro, de forma direta ou indireta (SOUZA, MERELES, 2018).

Hoje o Sistema Financeiro Nacional (SFN), é constituído pelas entidades e instituições, organizados através de agentes normativos, supervisores e operadores. Sendo que os órgãos normativos são responsáveis pela criação de regras que visam o bom funcionamento do sistema. Já as entidades supervisoras fiscalizam os integram do sistema sigam as regras definidas. E os operadores são as instituições intermediárias, que oferecem serviços financeiros (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 20--).

Figura 3: Organização do Sistema Financeiro Nacional



Fonte. Banco Central do Brasil. (20--)

Na figura 3, apresenta-se a organização do sistema financeiro nacional, tendo

o Conselho Monetário Nacional (CMN), como órgão normativo responsável pelo desenvolvimento da política da moeda e do crédito. E como supervisora das normas criadas pela CMN, o Banco Central do Brasil, monitora e fiscaliza o sistema financeiro e executa as políticas monetárias, cambial e de crédito. Outras duas instituições normativas são: O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB).

3.3 BANCO CENTRAL

Sendo o banco dos bancos, o Banco Central (BC) tem como funções emitir papel moeda, controlar a liquidez da economia, regular o sistema financeiro. Os bancos centrais podem ainda controlar a quantidade de moeda em circulação, ou seja, eles têm o total controle sobre a liquidez da economia. Para melhor entendimento da função e da importância dos Bancos Centrais, é preciso compreender a razão para a criação dos Bancos Centrais (CARVALHO ET AL, 2015). Conforme Patrício (2015), o surgimento dos bancos centrais deu-se através de:

A história mostra que os bancos centrais modernos descendem de bancos privados que financiavam os Estados e o desenvolvimento econômico, em troca de favores especiais e do monopólio da emissão. Estes bancos foram criados originalmente para dar elasticidade ao crédito, adquirindo graus de autonomia e objetivos diferenciados em vários períodos (PATRÍCIO, 2015, p. 14).

Como um dos primeiros bancos centrais do mundo, o Banco da Inglaterra, foi criado pelo Parlamento britânico no ano de 1694, com o nítido objetivo de emprestar dinheiro ao Governo, que na época encontrava-se em dificuldades financeiras, desde a sua criação o Banco da Inglaterra teve uma estreita associação ao Governo, assim obtendo certos privilégios sobre os demais bancos, como por exemplo, o privilégio de emitir notas bancárias (PATRÍCIO, 2015).

Para Patrício (2015) com o passar dos anos as nações foram adotando os Bancos Centrais como peça fundamental de seus sistemas financeiros, de modo que os governos pudessem, mesmo que de forma indireta, conseguir financiamentos, e ainda como consequência controlar a quantidade ofertada de moeda.

O Brasil foi um dos últimos países do mundo a criar seu Banco Central, isso

deu-se pelo seu longo processo de adesão, também a grande resistência a sua criação. O Banco Central do Brasil foi criado pela Lei nº 4,595, instituída pelo Congresso Nacional, na data de 31 de dezembro de 1964, há cerca de 20 anos após a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), primeira autoridade monetária, órgão responsável pela fiscalização bancária (CORAZZA, 2005).

Assim, com a substituição da Sumoc, em 1964, o Banco Central do Brasil, conforme Sandroni, passou a possuir as seguintes atribuições:

(...) executar a política financeira do governo; emitir papel-moeda; autorizar o funcionamento de instituições bancárias e fiscalizar suas operações de acordo com leis específicas; receber depósitos compulsórios e voluntários do sistema financeiro nacional; realizar operações de compra e venda de títulos públicos federais, de empresas de economia mista ou estatais; custódias e administrar as reservas nacionais em ouro e moedas estrangeiras; controlar o crédito e o capital estrangeiros. E representar o governo brasileiro perante os organismos financeiros internacionais (SANDRONI, 1994, p.22).

Para melhor compreensão do seu longo processo de criação, e de como o Banco Central se tornou crucial para economia do país, será descrito a evolução histórica do sistema financeiro nacional, além disso será exposta a trajetória da política monetária brasileira, desse modo evidenciando a ineficiência do Banco Central do Brasil.

3.3.1 CRIAÇÃO DO BANCO CENTRAL

Como dito anteriormente, o Brasil foi um dos últimos países a ter um banco central, isso aconteceu porque o processo de criação da instituição levou algumas décadas para ser constituído, pois a sua criação é marcada por uma forte oposição. O primeiro passo para criação do banco foi dado no ano de 1945 com a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), foram necessários 22 anos para que pudessem criar a instituição, porém no seu início, o Bacen dividia suas funções com o Banco do Brasil, e foi na Constituição de 1988 que o Banco Central passou a realizar todas as funções (CORAZZA, 2005, p.3).

Segundo Corazza (2005) o sistema financeiro nacional, antes do Banco Central, era organizado de forma que a Sumoc era o órgão responsável por controlar e formular a política da moeda e do crédito, em sua segunda fase a superintendência passou a fixar os juros de redesconto e do percentual dos depósitos compulsórios dos bancos que lhe davam a característica de atuar como

um Banco Central.

Outra importante instituição para o sistema financeiro era o Banco do Brasil, ele executava a política monetária, operava a Carteira de Redesconto, a Caixa de Mobilização Bancária, e a Carteira de Cambio e de Comercio Exterior (Cacex). Segundo Corazza (2005), O Banco Do Brasil era o agente financeiro do Tesouro, Ele recebia e antecipava receitas em realizar o pagamento e concedia empréstimos ao Tesouro. E por fim, o responsável pela emissão e pela amortização de papel moeda ficou sob responsabilidade do Tesouro.

Para Corazza (2005), a criação do Banco Central se deu pelo motivo descrito abaixo:

Apesar da divisão de funções existente entre o Tesouro, o Banco do Brasil e a Sumoc, esse sistema monetário embutia um processo perverso de criação de moeda concentrado no Banco do Brasil, que mesclava três atribuições consideradas incompatíveis com a política monetária: ser agente financeiro do Tesouro, autorizado a realizar operações de crédito; ser o depositário das reservas voluntárias dos bancos comerciais; e, ainda, ser o maior banco comercial do país e o único banco rural. Essas três funções do Banco do Brasil combinavam-se funcionalmente no sentido de inviabilizar qualquer controle sobre a emissão dos meios de pagamento. Era sobre essa estrutura que recaíam as críticas e se concentravam os esforços para a criação de um banco central que fosse independente de todo esse mecanismo perverso de criação monetária (CORAZZA, 2005, p.6).

O Banco Central do Brasil foi fundado pela lei 4.595/64, seu processo de criação foi longo, dado que muitos projetos e leis precisaram ser elaboradas, inclusive precisou que fosse criado um Conselho Monetário. Desde a sua versão inicial, o Bacen precisou sofrer várias alterações para poder se desenvolver de forma correta. Conforme Franco (2017), esses processos se deram atrás de:

Conforme documentado para as diferentes fases da tramitação do PL104/50 e do PL15/63, a principal característica do arcabouço monetário criado ao final do longo percurso terminado na lei 4.595/64 foi criar um “sistema” no âmbito do qual a entidade na cúpula não era um banco central, mas um conselho com termos de referência bem mais amplos do que costumam ser os de uma autoridade monetária. Essa configuração resultou da mistura, de início apenas circunstancial, entre a legislação bancária, a criação de um banco central e de outros bancos públicos no seio da mesma lei, tudo isso refletindo um complexo de interesses de difícil conciliação, como ficaria claro nos impasses parlamentares em torno do projeto ainda por cerca de uma década e meia. Na verdade, o compromisso entre diferentes intenções com a “reforma bancária” apenas foi possível com a criação do CMN como o órgão depositário dos poderes normalmente concedidos aos bancos centrais, o que mantinha em funcionamento um sistema que havia se estabelecido, como ensaio, pelo Conselho da Sumoc, e que resultara importante como paradigma para essa inovação. Era curioso que o conselho outrora criado para subordinar o Banco do Brasil, agora servisse, em tese, para fazer o mesmo BCB, com o concurso do Banco do Brasil (FRANCO, 2017, p.380).

Após a consolidação do Banco Central do Brasil, segundo Corazza (2005) a nova estrutura do sistema financeiro nacional se configurou de modo que:

O Bacen substituiu a Sumoc, com todas as suas atribuições, mas com importantes mudanças, quais sejam: (a) a emissão de moeda ficou sob sua inteira responsabilidade; (b) as operações de crédito ao Tesouro só poderiam ser feitas agora pelo Bacen, através da aquisição de títulos emitidos pelo Tesouro; (c) a Cared e a Camob foram abolidas, e seus valores líquidos incorporados ao Bacen; (d) o controle e a execução das operações de câmbio passaram do Banco do Brasil para o Bacen; (e) criou-se o Conselho Monetário Nacional (CMN), para substituir o Conselho da Sumoc, agora com nove membros, dos quais apenas um pertencente ao Banco do Brasil; (f) o Banco do Brasil permaneceu como agente financeiro do Governo, mas sem o privilégio de fornecer crédito ao mesmo; (g) o Bacen ficou com a possibilidade de delegar ao Banco do Brasil a função de guardar as reservas voluntárias dos bancos e de efetuar a compensação de cheques; (h) a Caixa de Amortização do Tesouro foi abolida, e a função de emitir tornou-se privilégio do Banco Central (CARAZZA, 2005, p.7).

Vê-se um Banco Central com história institucional conturbada, criado em um longo processo, com evolução lenta devido a uma interação entre a ação estatal de governos debilitados e uma evolução rápida do sistema financeiro e seus meios de pagamento. O Banco Central acaba por se tornar uma instituição muito complexa e ambivalente que se insere na estrutura governamental como um meio de controle do sistema privado de crédito. Criado por desejo de controlar o dinheiro, o Banco Central brasileiro se comporta com contradições e ao sabor do fetiche que seu controlador da vez mandar (FRANCO, 2017).

3.3.2 TRAJETÓRIA DA POLÍTICA MONETÁRIA NACIONAL

A política monetária brasileira teve diferentes fases e métodos muito distintos foram adotados ao longo dos anos. É interessante, por diferentes razões, abordar três grandes períodos da história monetária como marcos de mudanças institucionais e de rumo para o futuro do Brasil: 1933, 1967 e 1994 (FRANCO, 2017)

Conforme Franco (2017), o ano de 1933 é o primeiro grande marco como data para a política monetária nacional por ser dada como o estabelecimento da moeda fiduciária no país. A data de 1967 é uma escolha mais difícil de ser feita, já que não tem um marco tão profundo neste ano. A intenção foi assinalar o começo, ou marcha, que levou o Brasil a uma hiperinflação nos anos (ou década) seguintes, devido às más escolhas institucionais. Uma data também importante que poderia vir a ser um marco era o ano de 1980, onde de fato se inicia a “inflação alta”. A data

mais fácil para se destacar dentro da história monetária brasileira é o ano de 1994, ano em que a URV nasce e da origem também ao padrão monetária que vigorou nos anos seguintes.

O Brasil não tem um histórico de manter uma política monetária sólida por muitos anos, do padrão ouro ao real, muda com o passar dos anos (ou governos). Independentemente das escolhas de cada época, podem se identificar fases, ou experiências, monetárias no Brasil, constatou Franco (2017).

Para Franco (2017), a Quadro 1 identifica certos princípios que servem para marcar as épocas. São seis temas que dão identidade monetária para o período em questão: paradigma internacional, moeda de pagamento, moeda de conta, regulamentação cambial, responsabilidade pela emissão da moeda e regulação financeira e bancária. Conforme a tabela, que se encontra logo abaixo, é feita uma associação entre a fase monetária em questão com as características institucionais do momento.

Quadro 1: Regimes monetários brasileiros, 1914-1994, e adiante

	1914	1933	1967	1994	adiante
Paradigma internacional	Padrão-ouro	Depressão	Bretton Woods	Globalização	Globalização profunda
Moeda de pagamento	A moeda é o metal, o papel é veículo do mal	Papel-moeda é criatura da lei, curso forçado	Fragmentação das funções e curso forçado	Tecnologia de pagamento	Desnacionalização
Moeda de conta	Pesos e medidas e cláusula ouro	Nominalism o estrito	Correção monetária seletiva cada vez mais disseminada	Nominalismo esclarecido ou valorismo mitigado	Incapacidade de regulação
Regulamentação cambial	Convertibilidade, paridade e <i>specie flow mechanism</i>	Racionamento, controles seletivos e taxas múltiplas	Controles seletivos e <i>crawling peg</i> e <i>maxis</i> eventuais	Convertibilidade, flutuação e <i>compliance</i> (KYC)	A internet como o novo <i>offshore</i>
Responsabilidade pela emissão	A natureza e o balanço de pagamentos	O Estado	O BCB capturado pelo BB e outros bancos públicos	BCB independência tácita e o <i>tripé</i>	Dispersa em circuitos privados de

					pagamentos
Regulação financeira e bancária	Laissez-faire e intervenções <i>ad hoc</i>	Usura, repressão financeira, crédito por reciprocidade	Repressão financeira, crédito direcionado, orçamento monetário	Regulação prudencial, regras de Basileia, repressão limitada	Jurisdições competitivas

Fonte: FRANCO (2017)

Como observado por Franco (2017), todo ano que passa e toda nova política monetária posta em prática só fazem com que mais regulações existam no sistema financeiro e bancário nacional, onde o bolso do cidadão não encontra um segundo de paz.

Como referência para o início dos acontecimentos de 1933 o principal da história começa em com o padrão-ouro, um desenrolar difícil para reencontrar uma ordem monetária após a Grande Depressão e as consequências da guerra. Já no desenrolar dos anos 1960 o Brasil se organizou (ou se deixou capturar) institucionalmente com o Banco Central, enquanto o mundo via-se sob o acordo de Bretton Woods. O Brasil só conseguiu começar a falar sobre a globalização e seus excelentes resultados após o ano de 1994, quando uma nova fase monetária foi adotada em sua história. Franco (2017), em seu recente livro, faz uma síntese desse processo de grandes mudanças na política monetária brasileira:

Na vigência do padrão-ouro, a “emissão” de moeda pertencia à natureza ou, no máximo, às artes da mineração, com as intervenções permitidas pelos desequilíbrios autocorrigíveis do balanço de pagamentos e alguma função menor, ao menos na retórica, para o papel-moeda. A precedência para o Estado na definição e fabricação da moeda foi a grande transformação operada em 1933. Esse é o início de todos os enredos aqui tratados, a aventura da moeda fiduciária. Isso não se modifica nos anos a seguir, exceto pelo fato de que o Brasil demorou a criar uma instituição especialmente vocacionada para exercer esse poder com comedimento e consideração. A criação viria em 1964, mas em 1967 o BCB já estava inserido num sistema de bancos públicos a quem deveria suprir e servir, sendo está a característica marcante desse regime, que progressivamente se descontrolou e produziu a hiperinflação.

O ano de 1994 assinala a reconquista da governança da moeda pelas reformas no CMN e pela criação, logo a seguir, do Copom, estabelecendo níveis inteiramente inusitados de independência, ou de boa governança do BCB – a despeito de tais mecanismos amiúde nem sequer contarem com definições em lei. Por isso se diz que temos aí uma independência “tácita”. (FRANCO, 2017, p. 74)

3.4 ESCOLA AUSTRÍACA DE ECONOMIA

Quando o assunto é a ciência econômica, a maioria das pessoas já ouviu falar que existem diferentes escolas, ou correntes, do pensamento econômico. Este fato ocorre em quase todas as ciências sociais estudadas, diversos grupos de pensamento existem e assim discordam e se colocam no papel de dar uma explicação sobre vários assuntos do mundo. A discordância entre elas vem da complexidade dos fenômenos que acontecem e que são estudados.

Assim sendo, há muitos e muitos séculos que escolas do pensamento econômico (abordagens distintas) existem e debatem a fim de cada uma dar uma explicação aos problemas econômicos encontrados ou estimados.

Como constata Lourenço Filho (2018), a ciência em geral, a econômica quase que diariamente, avança sempre que novas explicações sobre os acontecimentos vão chegando, sempre submetidas às críticas dos demais. Uma escola do pensamento tenta refutar a outra, o que gera intensos debates neste campo do conhecimento. Várias teorias clássicas da econômica não se sustentaram ao longo dos anos, tais como a teoria do valor-trabalho ou a lei de ferro dos salários ricardiana, demonstrando a constante evolução do conhecimento econômico. Mises (1949), na passagem abaixo, descreve um fato que não pode passar despercebido ao estudo histórico do pensamento econômico:

É impossível compreender a história do pensamento econômico se não atentarmos para o fato de que a economia tem sido um desafio à vaidade dos detentores do poder. Um verdadeiro economista jamais será benquisto por autocratas e demagogos, que sempre o considerarão um encenqueiro e que, quanto mais estiverem intimamente convencidos de que suas objeções são corretas e fundamentadas, mais o odiarão (MISES, 1949, p.97).

Dentro da própria escola de pensamento econômico existem muitas divergências, então as escolas evoluem incorporando conhecimentos de várias fontes internas e externas, como foi com a escola austríaca, mas sempre mantendo intactos os princípios centrais que fazem dela única.

3.4.1 INÍCIO, HISTÓRIA E PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES

A escola austríaca de economia é considerada a mais antiga escola dentro deste campo do conhecimento ainda viva nos dias de hoje. Vários estudiosos e

historiadores travam um intenso debate sobre seu início, os mais entusiastas descrevem seu início a partir do século XV, já a maioria tem como consenso seu início com o pensamento do professor Carl Menger, século XIX (LOURENÇO FILHO 2018).

A “rocha” que funda a escola austríaca de econômica nasce em Viena, 1871, com o livro princípios de economia, de Carl Menger, sendo publicado. A partir daí os austríacos vem dando imensas contribuições para o pensamento econômico mundial, contribuições como: introdução da análise marginal e subjetiva do valor, teoria do capital, processos de mercado, noções sobre custo de oportunidade e preferência temporal, entre outros. A escola austríaca avança em outros campos, dando também contribuições para a áreas da filosofia moral, direito e epistemologia, destaca Lourenço Filho (2018).

Em uma excelente obra sobre os conceitos da Escola Austríaca, “Ação, tempo e conhecimento”, o autor Iorio (2010) sintetiza desta forma a teoria austríaca:

Podemos sintetizar o universo da teoria econômica da Escola Austríaca na frase: 'a economia é ação humana ao longo do tempo, nos mercados, sob condições de incerteza genuína'. [...] Mises denominou de praxeologia (termo originado de práxis) ao estudo da ação humana, sob o ponto de vista de suas implicações formais. E, como ação, no sentido que lhe dá a Escola Austríaca, significa qualquer ato deliberado (que tanto pode se fazer, como deixar de fazer alguma coisa), com o intuito de se passar de um estado menos satisfatório para outro mais satisfatório, segue-se que todos os atos econômicos, como por exemplo, os de trocar, comprar, vender, produzir, poupar, investir, consumir, emprestar, tomar emprestado, exportar, importar, etc., estão contidos no conceito seminal de ação humana (IORIO, 2010. p.61-62).

Sendo assim, ao longo dos muitos anos de história a Escola Austríaca desenvolveu uma tradição de pensamento com sólidos fundamentos, sempre dialogando com as demais escolas e tradições econômicas.

Já no início da conhecida história econômica austríaca aconteceu a famosa “Batalha de Método” que Menger travou com o historicista Schmoller. Outro grande economista austríaco foi Bohm-Bawerk, que ficou conhecido por apontar todas as falhas e distorções da teoria da exploração de Karl Marx. Já no início do século XX um dos mais famosos pensadores da escola austríaca, Ludwig Von Mises, fica conhecido pela imensa “luta” intelectual contra as ideias keynesianas, positivistas e socialistas que dominavam o mundo, conforme Lourenço Filho (2018). Também durante o século XX o debate público entre Hayek e Keynes tornou-se um dos maiores duelos econômicos da história, onde o economista austríaco, Hayek, chegou

a ganhar o prêmio Nobel da Economia.

3.4.2 PRINCIPAIS IDEIAS E SUA IMPORTÂNCIA

Historicamente a própria escola austríaca travou debates internos e externos que moldaram seu pensamento ao longo dos anos, debates estes que ainda hoje acontecem, mas uma base de conceitos comuns a todos os chamados, economistas austríacos ainda existe, podendo serem listados da seguinte forma, conforme Machlup (2004):

- a) Individualismo metodológico: Visão totalmente oposta aos marxistas, que acreditam em ações coletivas (em classes), os austríacos acreditam que só quem age é o indivíduo.
- b) Subjetivismo metodológico: O conhecimento do indivíduo é limitado e suas preferências são únicas, assim a economia deve ter sua abordagem feita de forma subjetiva afim de compreender a ação humana individual tal como ela é.
- c) Ação propositada: Indivíduos vão agir sempre buscando mais satisfação, encontram meios para atingir os fins desejados, levam em conta os custos de oportunidade das escolhas que tomam e pensam acerca das incertezas e riscos da sua ação.
- d) Preferência temporal: Conforme as escolhas individuais vê-se reflexo em sua preferência temporal (se voltam mais suas escolhas no presente ou futuro). A preferência dos indivíduos reflete no mercado de crédito e é o fator determinante da estrutura produtora da economia.
- e) Mercado como processo: A escola austríaca analisa os processos de mercado e não os equilíbrios de mercado, como os economistas convencionais. Assim, os austríacos dão ênfase no processo do empreendedor, olhando as instituições, criatividade, inovação etc.

Os grandes pensadores austríacos colocaram suas vidas para defender suas ideias, alguns sofreram por isto. Defender as ideias da liberdade nunca foi fácil, mais difícil ainda no século XX onde os extremos de direita e esquerda dominavam o mundo. O próprio Mises teve que fugir para os Estados Unidos por conta da invasão nazista mesmo sendo um dos mais geniais economistas de sua época, orientando

uma futura geração inteira de economistas austríacos como Hayek, Rothbard, Robbins etc (MACHLUP, 2004).

As próprias ideias podem ter consequências, em seu mais famoso livro, *O caminho da servidão*, Hayek (2010, p.30) observa que “se, a longo prazo, somos criadores do nosso destino, de imediato somos escravos das ideias que criamos”. Portanto, devemos sempre defender com afinco as ideias que têm por base a liberdade individual, mesmo que isso nos coloque de lado do *mainstream* econômico e nos torne ignorados na academia, a verdade como base trará frutos logo adiante.

3.4.3 A ESCOLA AUSTRÍACA E A POLÍTICA MONETÁRIA

Como já mostrado e conhecido a Escola Austríaca deixou importantes contribuições para o pensamento econômico mundial, inclusive dentro da macroeconomia, como a teoria dos ciclos econômicos, teoria do capital e a teoria monetária.

Conforme sintetiza Motta (2018), o marco inicial e que até hoje é a base do pensamento austríaco sobre teoria monetária é o livro “teoria da moeda e do crédito” de Ludwig Von Mises. Nesta obra Mises sintetiza os conceitos de Carl Menger sobre moeda, capital e utilidade marginal e explica os fenômenos monetários. Para os austríacos o papel central da moeda é servir como meio de troca, diferentemente do pensamento de outras escolas. Sendo assim, Mises argumenta no livro que o surgimento da moeda se dá pelo processo de mercado, pelas ações individuais sem intenção que leva o agente a perceber que efetuar trocas indiretas é melhor que trocas diretas (escambo).

Iorio (2010) diz que existe um consenso dentro da escola austríaca e em algumas outras escolas do pensamento econômico: A política monetária, e só ela, é a causa da inflação. O próprio Mises via esse monopólio da emissão da moeda do Estado como uma ameaça à democracia e um enorme risco para o bolso dos indivíduos. É consenso também dentro do pensamento austríaco que os efeitos das políticas de Keynes (pleno emprego e sintonia fina) são sempre desastrosos, sempre gerando a aceleração da inflação e em alguns casos a hiperinflação.

No campo da teoria monetária os austríacos divergem bastante das demais escolas (assim como na maioria dos assuntos econômicos), mas existem

basicamente três diferenças fundamentais. A primeira é o fato de a escola austríaca possuir uma teoria do capital, algo que não está presente nas demais abordagens; a segunda é os austríacos verem os mercados como um processo dinâmico e assim sendo não usam análises de equilíbrio; a terceira é a união das duas, microeconomia e macroeconomia, resume Iorio (2010).

O olhar austríaco se resume da melhor forma nas palavras do economista brasileiro Iorio (2010):

A visão *austríaca* é de que os efeitos das variações do estoque de moeda, provocadas por alterações nos fluxos monetários, não são uniformes, afetando desigualmente os preços relativos, a estrutura de capital e os padrões de produção da economia, bem como alterando os níveis de emprego dos fatores produtivos, em um processo que se vai tornando progressivamente mais forte, à medida que o governo, para corrigi-lo, altera a política monetária (IORIO, 2010, sp).

Como assinala Iorio (2010), não existe de forma conceituada uma teoria monetária austríaca no sentido esperado e puro, mas uma ampla teoria onde vários conhecimentos são interligados, tais como a teoria da moeda, do capital, do processo de mercado e dos ciclos econômicos.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo buscou-se apresentar todos os dados coletados durante a pesquisa, visando alcançar os objetivos deste trabalho, também será apresentado a análise referentes ao conteúdo pesquisado.

4.1 SISTEMA BANCÁRIO LIVRE

Um sistema bancário livre vai no mesmo sentido que os libertários defendem de uma economia livre, não existir qualquer restrição ou regulamentação do governo. Assim como o livre mercado (genuinamente defendido pela escola austríaca) um sistema bancário livre não se baseia em um modelo já existente ou específico, seria apenas um conceito ideal de sistema (SELGIN, 2010).

De maneira geral, para Selgin (2010), (não existe um consenso dentro na Escola Austríaca de economia) a ideia de sistema bancário livre parte do pressuposto central de não haver requisito para a emissão de cédulas. Os bancos privados seriam totalmente livres para emitir cédulas próprias assim como hoje são livres para abrirem contas. O governo estaria totalmente fora desse processo, não haveria qualquer garantia governamental, tais como seguros para depósitos (como hoje).

O conceito é o mesmo de liberdade com outros bens e serviços, o mercado (oferta e demanda) determinaria os títulos circulando e os depósitos que seriam feitos e suportados na reserva de caixa. Aquele banco que emitisse mais moeda que seus competidores (por qualquer razão) ficaria de forma rápida insolvente, já que seus clientes trocariam para outra moeda concorrente ao sentirem o carecimento da inflação de preços na atual moeda. Assim haveria uma competição sobre a emissão de títulos entre os bancos (HAYEK, 2011).

Existem basicamente duas visões divergentes sobre um sistema bancário livre, um mais moderado onde alguns acreditam que exista espaço para um banco central (onde o mesmo tivesse espaço para algum tipo de intervenção, como controlar um estoque limitado de moeda não fiduciária). O modelo mais defendido dentro da escola austríaca seria onde não havia um banco central e o governo se absteria totalmente de intervenções do sistema bancário (SELGIN, 2010).

Sobre utilizar alguma commodity como padrão monetário neste cenário de sistema bancário livre e sobre o processo de troca de sistema, Selgin (2010) discorreu:

Creio ser necessária uma distinção entre, de um lado, o regime bancário e, de outro lado, o padrão da base monetária. Da maneira como vejo o free banking, o sistema não depende necessariamente de algum padrão em particular. É verdade que, como a história já nos ensinou, se tivéssemos um free banking desde o início, não teríamos bancos centrais e quase certamente teríamos um padrão monetário baseado em alguma commodity, provavelmente o ouro. Mas é perfeitamente possível imaginar o free banking sob o atual arranjo de papel-moeda fiduciário. O que deixaria esse sistema livre é que o banco central não teria um monopólio sobre a emissão de papel-moeda da forma como os bancos centrais atuais têm (SELGIN, 2010. s.p.).

Seguindo na linha de Selgin (2010), uma proposta viável para tornar o sistema bancário livre seria começar congelando a base monetária, permitir a emissão de obrigações financeiras pelos bancos (papel-moeda, inclusive) e extinguir seguros sobre depósitos. O Banco Central manteria uma base monetária, mas seria só para manter o estoque fixo das reservas compulsórias para que os bancos pudessem se lastrear. Nesse moderno caso seria um sistema bancário mais livre com padrão monetário de papel-moeda fiduciário.

Selgin (2010) ainda completa sobre papel-moeda fiduciário e as commodities:

O papel-moeda fiduciário que temos atualmente é puramente o produto de bancos centrais. Creio que já está bem claro que, se nunca tivéssemos tido bancos centrais, não teríamos papel-moeda fiduciário. Ao contrário, ainda teríamos uma moeda commodity. Não creio que teria havido quaisquer tipos de forças evolucionárias capazes de retirar dos sistemas monetários padrões-commodities já estabelecidos, principalmente o ouro e a prata. O que realmente creio que iria acontecer – que era o que já estava tendendo a acontecer enquanto ainda estávamos naqueles padrões – é que a necessidade real de se utilizar ouro e prata como moeda cairia, graças a inovações financeiras, a níveis extremamente baixos (SELGIN, 2010. s.p.).

Assim sendo, um sistema bancário livre é algo que não teremos em um futuro tão próximo, as complexidades e a resistência de implementação são obstáculos quase que intransponíveis. Como dito anteriormente, esse seria um sistema ideal, sem regulações do governo, mas acredita-se estar longe do ideal.

4.2 INTERVENÇÃO DO GOVERNO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Como princípio o Banco Central tem duas funções: proteger o sistema bancário e financiar déficits governamentais. A primeira função já é de domínio

público e já foi discutida amplamente. A segunda função é um tanto quanto obscura e merece atenção.

O governo precisa, para gastar, arrecadar. Para fazer essa arrecadação o governo cobra impostos da população ou faz a emissão de títulos públicos da dívida, que os bancos comprem. Via de regra a arrecadação do governo se dá pela combinação desses dois fatores. Como qualquer pessoa ou instituição, quando o governo se endivida ele precisa pagar juros dessa dívida. Toda essa abordagem não é novidade, mas é interessante acrescentar a existência no Banco Central nessa equação (ROQUE, 2011).

Conforme, Roque (2011), sem a existência de um banco central a quantidade de dinheiro circulando na economia seria basicamente constante, poderia variar as vezes (aumentar temporariamente pelo sistema bancário pelas reservas fracionárias), mas essa variação seria restrita, não constante. Assim, com o dinheiro constante na economia sempre teria um limite de arrecadação via impostos ou de crédito para o governo.

Nesse sentido, para Roque (2011) quanto mais dinheiro o governo pegasse emprestado (mais endividamento), menor seria o dinheiro que os bancos teriam para as empresas e pessoas, assim conseqüentemente, maiores seriam os juros desses empréstimos, já que menos dinheiro sobriaria para ser emprestado.

Com isso, o Estado não poderia se endividar constantemente, já que chegaria em um ponto em que os juros estariam em níveis gigantescos. E na mesma linha ele também não poderia ficar aumentando impostos para bancar suas dívidas e recursos, já que uma revolta popular seria iniciada facilmente. Neste cenário entra a criação de um Banco Central, que resolver todos os problemas com uma única solução: a impressão de dinheiro (ROQUE, 2011).

Até a década de 1990 o governo podia mandar o BC imprimir dinheiro e ele lhe entregava diretamente, para cobrir déficits. Isso não é mais permitido nos dias de hoje, então o modelo ficou mais complexo (ROQUE, 2011).

Na prática o governo continua fazendo o que sempre fez, mas de maneira indireta. Basicamente o banco central quando quer expandir a base monetária, ele realiza operações de mercado aberto (open market), ou seja, o Banco Central compra títulos públicos dos bancos, aqueles mesmos títulos que os bancos adquirem com o governo quando lhe emprestam dinheiro. Roque (2011) simplifica essa equação da seguinte forma:

Falando mais explicitamente, o Banco Central cria dinheiro para comprar esses títulos que estão em posse do sistema bancário. Atualmente, essa é a única maneira legal de o Banco Central criar dinheiro. Como o Banco Central faz isso? Grosso modo, ele aperta um botão no computador e acrescenta alguns dígitos na conta (as reservas compulsórias) que o banco que está vendendo os títulos possui junto ao Banco Central. De onde veio esse dinheiro? De lugar nenhum. O Banco Central o criou do nada. Nenhuma outra conta foi debitada. A base monetária expandiu magicamente; as reservas desse banco aumentaram (ROQUE,2011. s.p.)

Os bancos sabendo que esses títulos públicos serão adquiridos pelo banco central (o que torna esse mercado com ampla liquidez e de revenda garantida), eles financiam o déficit do governo. Assim sendo, o que era feito diretamente nas décadas passadas (BC imprime dinheiro e dá para o Tesouro), agora é feito de forma indireta, mas com um importante adicionar: os bancos entraram nessa conta e estão lucrando muito com isso.

4.2.1 Consequências da intervenção do Estado

Em um cenário que o banco central nada fizesse a taxa de juros desse mercado subiria muito, ou seja, uma SELIC extremamente alta. Mas com o banco central trabalhando com metas para manter a Selic mais baixa, ele vive injetando dinheiro no mercado interbancário, evitando esse aumento. Roque (2011) explica de forma clara o arranjo já descrito:

Uma vez estabelecido esse arranjo, os limites sobre a expansão do governo estão virtualmente extintos. Sempre que incorre em um déficit orçamentário — isto é, quando gasta mais do que arrecada —, o governo vende títulos para arrecadar dinheiro extra para financiar esse déficit. Os bancos compram esses títulos. Como consequência, o setor bancário fica com menos dinheiro disponível para conceder empréstimos ao setor privado. Adicionalmente, isso também faz com que a quantidade de dinheiro disponível para o mercado interbancário (aquele em que os bancos emprestam uns para os outros com o intuito de manter suas reservas em níveis estipulados pelo BACEN) fique reduzida, pois agora há dinheiro sendo demandado de todos os lados (governo e setor privado) (ROQUE, 2011. s.p.).

Nesse arranjo atual tem-se um governo que sempre obtém o dinheiro que necessita e que continua se endividando e os bancos mantêm a mesma quantidade de recursos nas suas reservas que antes era emprestada para o governo, assim há um aumento no montante de dinheiro na nossa economia (ROQUE, 2011).

Segundo, Roque (2011), toda vez que o governo gasta mais do que seu poder de arrecadação e há a emissão de títulos para esconder o déficit, ele aumenta o

montando de dinheiro na economia. Todo esse arranjo, é claro, não funcionaria sem um banco central.

Desta forma, sabendo que em último caso sempre o governo pode se financiar com a impressão irrestrita de dinheiro feita pelo banco central, fica fácil compreender por que da utilização de papel-moeda, porque os gastos sempre sobem e porque os governos utilizam moeda única e de curso forçado. Roque (2011) esclarece:

Da mesma forma, toda a intrusão governamental na vida dos cidadãos só é possível de ser financiada porque há essa expansão contínua na quantidade de dinheiro na economia. Ministérios que querem impor tanto o que nossos filhos devem aprender na escola como até a opção sexual deles; agências reguladoras que querem determinar o que podemos e o que não podemos comprar nas farmácias (agora vão proibir remédios para emagrecimento); todas as burocracias, regulamentações e tarifas que tanto os ministérios quanto as agências impõem sobre o mercado a fim de cartelizá-lo em benefício de empresas com boas conexões políticas; subsídios concedidos a grandes empresas via BNDES — tudo isso só ocorre continuamente por causa da criação de dinheiro do Banco Central (ROQUE, 2011. s.p.).

Para se ter uma ideia do tamanho do rombo: metade de 1994 a dívida do governo federal era na casa dos 68,4 bilhões de reais. Em 2011 essa dívida já estava na casa dos 2,372 trilhões de reais. Um aumento de 34 vezes em 17 anos. Durante este período a base monetária nacional aumentou de 6,495 bilhões em 1994 para 179,926 bilhões em 2011, 28 vezes. Jamais o Tesouro aumentaria tanto as vendas de títulos, isso só foi possível graças a criação de dinheiro do banco central (ROQUE, 2011).

Com o claro exemplo acima, Roque (2011) traz a simplificação para ver quão nocivo esse arranjo é:

O volume dessa dívida — a qual pode ser vista como a soma dos déficits — representa o tanto que o Brasil está menos rico em relação ao que poderia estar caso os recursos que o governo consumiu com esse dinheiro tivessem sido utilizados pelos setores produtivos da economia brasileira. Quando se visualiza as coisas desta forma, fica mais fácil entender por que os déficits orçamentários (no caso, os déficits nominais, que o governo brasileiro constantemente apresenta) e os impostos são nocivos. Cada real que o governo tributa ou toma emprestado para gastar representa o consumo de um recurso que deixou de estar disponível para o setor privado fazer investimentos e para construir capital (máquinas, ferramentas e equipamentos) (ROQUE, 2011. s.p.).

Ou seja, cada centavo que o governo utiliza, além de ser um centavo a menos que o povo brasileiro poderia usar para aumentar seu padrão de vida, é um centavo que o governo utilizará para aumentar seu tamanho e suas intervenções.

4.3 INEFICIÊNCIA DO BANCO CENTRAL

Com o governo monopolizando a moeda nacional, pode-se afirmar que a qualidade da moeda será diretamente proporcional à qualidade do governo que a gerência, ou seja, se o governo possuir uma política fiscal ruim, se ele não gerar confiança nos investidores e nos consumidores, a sua política creditícia será ruim, e se tiver que relutar em atacar seu déficit e estancar o crescimento da dívida, isso enfraquecerá a moeda e, conseqüentemente, o poder de compra dela será afetado negativamente.

Dessa forma, os próximos seções apresentam o histórico de taxa de juros, e como nos últimos anos programas foram instituídos para contenção da hiperinflação, também mostra como o real, em seus 25 anos, teve seu poder de compra drasticamente diminuído, e por fim apresenta como em nações, onde o Banco Central possui um grau maior de independência, sua taxa de inflação é menor.

4.3.2 Histórico de taxas de juros

A economia brasileira no final da década de 70 tinha mecanismos automáticos de ajuste em todos os setores, dessa forma o aumento de preços de um setor automaticamente acarretava uma série de eventos em cadeia de aumento de preços. Nos períodos em que havia gatilhos salarial, somando a isso a inflação, assim iniciava uma nova série de aumentos de preço.

Por possuir uma resistência natural à queda, a inflação brasileira, necessitava passar em três frentes: o combate à inflação de demanda, a inflação de custos, e a desindexação da economia. Conforme, Lopes (1984) um ambiente cronicamente inflacionário os agentes econômicos desenvolvem um comportamento fortemente defensivo na formação de preços, o qual em condições normais consiste na tentativa de recompor o pico anterior de renda dela no momento de cada reajuste periódico de preço. Assim, quando todos os agentes adotam esta estratégia de recomposição periódica dos picos, a taxa de inflação existente no sistema tende a se perpetuar, sendo a tendência inflacionaria torna-se igual à inflação passada.

Diante disto, o início da década de 80 foi marcado como um período de agravamento da inflação, mesmo com o PIB dos anos anteriores (1981/83) sendo

franco, não houve uma redução da inflação, mas sim aumento em patamares muito altos. Segundo Carneiro (2002), este período foi marcado por uma forte mudança. Ao invés de absorção de recursos reais e financeiros do exterior, como vinha acontecendo desde o pós-guerra, a situação passou a ser de transferência de recursos para o exterior, sobre a forma de juros e amortização de dívidas.

A partir do diagnóstico da inércia como fator principal no combate à inflação, para Castro (2005) havia basicamente quatro propostas de desindexação sendo discutidas no período: (1) Pacto Social; (2) Choque Ortodoxo; (3) Reforma Monetária; (4) Choque Heterodoxo.

Tanto a proposta heterodoxa e a reforma monetária defendiam que a inflação seria resultado principalmente da inércia inflacionária. Os defensores destas propostas acreditavam que o fim da inflação passaria pela desindexação, contudo apresentam soluções divergentes para o mesmo. Sendo assim, para Lopes (1986), defensor da proposta Heterodoxa, deveria haver um congelamento total e generalizado de preços e rendimentos por um determinado período. Já para os defensores da Reforma Monetária, o congelamento geraria distorções alocativas na economia por conta da falta de sincronia dos reajustes. Por isso criaram uma ideia alternativa que ficou conhecida como “Proposta Larida”, onde visava eliminar a indexação através da introdução de uma moeda indexada que circularia paralelamente a moeda oficial (LOURES, 2013).

Neste contexto, para Loures (2013) em 1986, no governo Sarney, foi implantado o Plano Cruzado, baseando-se no Choque Heterodoxo, o principal objetivo desse Plano foi conter o alto processos inflacionários da época. Conforme, Loures (2013) as medidas impostas pelo Plano foram:

- Introdução de uma nova moeda, colocando em circulação o Cruzado no lugar do Cruzeiro;
- Taxa de câmbio fixa, no valor de CZ\$13,80 por dólar, sendo que o Bacen, quando necessário poderia alterar a taxa;
- Houve congelamento dos preços, todos os produtos tinham seu valor congelado a níveis do dia anterior à implantação do novo plano;
- O salário teve um abono, que concedia um aumento de 8% para todos os assalariados e um aumento 16% no salário-mínimo.

Segundo Loures (2013), o plano se mostrou eficaz nos primeiros meses que sucedeu a sua implantação, a inflação foi baixando a praticamente zero. Contudo, o

aumento dos salários, o baixo estímulo a poupança, pela redução na taxa de juros nominais, e pela elevação do emprego, fez com que houvesse um forte aumento na demanda. Esse aumento na demanda juntamente com a impossibilidade de remarcar os preços, deu início ao conflito entre fornecedores e comprador, pois o congelamento apenas atingiu o varejo.

O fato de que o Plano Cruzado se realizou em meio à absoluta escassez de divisas foi um dos fatores que explicam seu fracasso. De fato, a situação das contas externas constituía uma questão crítica adicional para o Plano. Com o desabastecimento o governo recorreu às importações, e no segundo semestre a balança comercial passou de uma situação superavitária para deficitária, em função do aumento das importações e da queda das exportações. Além disso, houve redução significativa do investimento líquido direto estrangeiro e o aumento das remessas de lucros e da evasão de capital, associados a uma significativa perda de reservas. Esta situação levava a expectativas de uma maxidesvalorização cambial, que postergou o fechamento de contratos de venda ao exterior, além da antecipação de contratos de compra do exterior (LOURES, 2013, p.28).

Diante disto, alinhando com a proximidade das eleições fez com que o governo postergasse o processo de realinhamento de preços. E com receio de um descongelamento prematura trouxesse a inflação novamente, o governo sentiu a necessidade de lançar um novo pacote econômico na tentativa de correção dos desequilíbrios. Desta forma foi lançado o Cruzadinho, no ano de 1986, que visava desaquecer o consumo e financiar o Plano de Metas, um plano de investimento em infraestrutura e metas sociais. As ações do novo pacote não conseguiram alcançar seus objetivos, não conseguiram desaquecer o consumo e não houve recursos para o Plano de Meta (LOURES, 2013).

Após as eleições, o governo anunciou o “Cruzeiro II”, um novo pacote fiscal, onde o objetivo foi desacelerar a economia e alinhar os preços de principais produtos, aumentar a arrecadação por alíquotas, pensando nas contas públicas (LOURES, 2013).

Após o fracasso de mais um plano, em junho de 1987 dava-se o anúncio de um novo plano: Plano Bresser. O plano tinha como objetivo basicamente diminuir a inflação e sustentá-la assim através de uma redução do déficit público. O plano também tentava corrigir erros de planos passados. Preços ainda foram congelados, taxa de câmbio não. A resistência de vários setores inviabilizou a redução do déficit público. A inflação não foi domada e nos meses seguintes Bresser Pereira pediu demissão (LOURES, 2013).

Conforme Loures (2013), novos congelamentos de preços e uma nova moeda apresentada, em 1989 nasce o plano verão. O cenário foi o mesmo de planos anteriores: no início a inflação cedeu um pouco, mas logo nos meses seguintes ela retornou com força.

Já em 1990 veio o plano Collor, câmbio flutuante e liberalização da política de importações. Houve aumento de arrecadações com a criação de tributos e elevação de outros. Benefícios foram suspensos. Pretendia-se fazer uma grande reforma administrativa do Estado, setores resistentes não deixaram. O Cruzeiro foi reintroduzido na economia e poupanças foram confiscadas. No início até baixou a inflação, mas houve grande queda em setores de forte peso na economia, nos meses seguintes a inflação já voltou a subir (LOURES, 2013).

Em 1991 foi lançado o plano Collor 2, onde o objetivo também era conter a inflação. A meta era controlar os gastos públicos. Conforme Loures (2013) A sequência de crises políticas e escândalos de corrupção acabou levando ao fim o governo Collor e inviabilizou qualquer ação econômica.

Por fim, chegou o plano real, em 1994. O plano real foi desenvolvido em 3 etapas para funcionar: Ajuste das contas públicas, uma pré-condição para o plano funcionar. Reforma monetária, com moeda indexada. Ancora cambial, uma taxa de câmbio fixada pelo banco central, que veio a ser o elemento mais importante do plano (LOURES, 2013).

O país passou por muitos planos até chegar a um que razoavelmente conseguiu controlar a grande inflação. As melhores condições externas, a desindexação sem desajuste de preços, juros altos e ancora cambial foram alguns motivos que fizeram o plano real ter um bom sucesso. O real continua com uma desvalorização considerável e a inflação ainda assusta, mas não como em anos passados (LOURES, 2013).

4.3.2 Desvalorização do real

Conforme dados estatísticos do governo brasileiro, o IBGE e o seu Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a mesma mercadoria ou serviços que custava R\$ 100,00 em julho de 1994, quando houve a implantação da moeda Real, passou a custar R\$878,48 em julho de 2020. Um aumento de percentual de 778,47% (ROQUE, 2019).

Isso diz que para adquirir a quantidade de produtos e serviços que R\$ 100,00 compravam em julho de 1994, o consumidor em julho de 2020 precisava desembolsar R\$ 878,48, um valor de oito vezes maior. Olhando por outro lado no mesmo período, o real já perdeu 88,6% do seu poder de compra, na prática essa perda significa que a nota de R\$ 100 de hoje tem o mesmo poder de compra que R\$ 11,40 em julho de 1994 (BANCO CENTRAL, 2020).

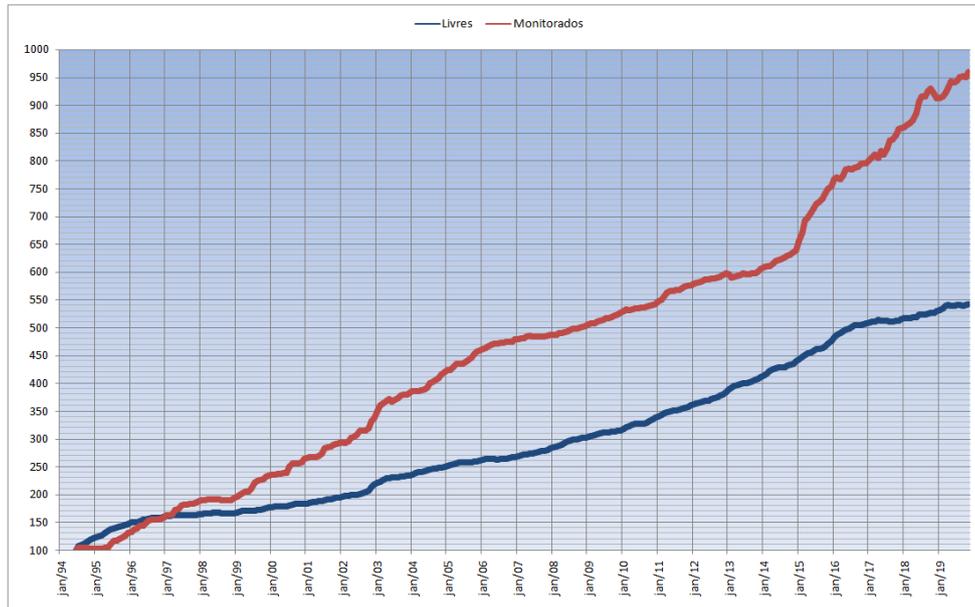
Comparando o mesmo período a inflação de preços acumulados nos Estados Unidos foi de 74,6%, ou seja, aquilo que custava US\$ 100 em julho de 1994 passou a custar US\$ 174,60 em julho de 2020 (CPI INFLATION CALCULATOR, 2020).

Apenas para efeito de comparação, desde sua criação em 2009 o Bitcoin, moeda digital com maior aceitação, teve uma valorização de 9.000.000% em dez anos, dessa forma quem investiu US\$ 1,00 (R\$5,43) no início de 2010, teria no início de 2020 US\$ 90.000,00 (R\$489.042,00).

Conforme, Roque (2019), ficam nítidas as diferenças entre os países e suas formas de controlar a moeda. Em um país mais intervencionista e que não controla de forma saudável sua moeda (Brasil), ela se desvalorizou muito mais que em um país com um banco central independente e mais livre. A título de curiosidade, um exemplo de moeda livre e sem controle estatal é o bitcoin, cuja história é apenas de ampla valorização até o presente momento.

Para analisar tamanha desvalorização do real ao longo de todos esses anos é importante ver por 2 frentes: os setores que o governo mais controla e os de preços livres. Na figura 4 a seguir fica nítida essa diferença e relação com a desvalorização da moeda. (ROQUE, 2019)

Figura 4: Encarecimento dos bens e serviços cujos preços são livres (linha azul) e dos bens cujos preços são regulados pelo governo (linha vermelha)



Fonte: Roque, 2019.

O que puxou toda essa desvalorização foi a intervenção do governo em cima de alguns setores da economia. Na média, os bens e serviços controlados e regulamentados pelo governo passou de 100 reais em 1994 a 950 reais no final de 2019, um encarecimento de 685%. Já os bens mais livres, regulados pelo mercado passaram de 100 reais em 1994 para 540 em 2019, um encarecimento de 440%. Uma considerável diferença. Roque (2019) traz importantes curiosidades sobre toda essa situação:

5) Dentre os preços livres, temos de levar em conta que:

5.a) boa parte da alta advém dos alimentos, que estão sujeitos não apenas a fatores climáticos, como também, e principalmente, à taxa de câmbio: quanto mais desvalorizado o câmbio, maior o incentivo à exportação de alimentos, menor a oferta de alimentos no mercado interno, maiores os seus preços.

5.b) praticamente os produtos industrializados e manufaturados nacionais são protegidos por altas tarifas de importação. Não fosse esse protecionismo, seus preços seriam bem menores.

6) Ainda assim, se pegarmos aqueles bens e serviços que são ofertados em regime concorrencial, inclusive os próprios alimentos, eles são os que apresentaram o **menor** encarecimento dentre todos. (ROQUE, 2019. s.p.)

Em suma, o governo regulamentou determinados setores fez com que os preços fossem para cima e fez com que a moeda tivesse uma desvalorização acima do normal. Um país em desenvolvimento como o Brasil sofreu muito com o câmbio flutuante, mas é difícil jogar toda a culpa nisso. O banco central leva uma parcela importante de culpa em toda essa desvalorização, as políticas monetárias adotadas

pelo governo nos últimos anos se mostraram extremamente prejudiciais a nossa economia (ROQUE, 2019).

4.3.2 Comparativo entre o Banco Central Brasileiro e Banco Central Americano (FED)

De maneira geral, em teoria, o banco central brasileiro se assemelha com o FED em suas funções. O FED, em modelo, tem liberdade para decidir sua meta de inflação e escolher o que julga melhor como política monetária, contudo, ele não tem um compromisso em manter a inflação nesta meta. Os dois objetivos explícitos do FED são: controlar a inflação e buscar o pleno emprego. Já o banco central brasileiro trabalha baseado em manter a inflação dentro de sua meta (SILVA, 2016).

Conforme, Silva (2016), uma taxa de independência ou autonomia do banco central não é necessariamente relacionada com a baixa inflação. Os EUA, que tem um banco central independente, possui outros objetivos e não apenas o combate à inflação. Mas é quase evidente que a independência do banco central tem parcela central no controle de preços.

Algumas diferenças entre o banco central brasileiro e o americano, que já demonstra a diferença na forma de tratar a moeda, como na Quadro 2 a seguir

Quadro 2: Diferenças entre o Banco Central do Brasil e Banco Central Americano (FED)

	Banco Central Brasileiro	Banco Central Americano (FED)
Taxa de desconto	O Brasil tem uma taxa de desconto baseada na Selic	FED fixa esta taxa, que atualmente é de 1%.
Reservas Compulsórias	o Brasil obriga os bancos e as instituições financeiras a depositarem uma porcentagem das	o FED cobra uma taxa que varia entre 7% e 22%, mas que sempre permanece perto dos 10%.

	captações de recursos	
Open Market	Ambos trabalham com títulos pré-fixados e pós-fixados.	
Sistema de metas da inflação	Atualmente ambos os países trabalham com sistema de metas de inflação com bandas cambiais. Os EUA adotaram essa política recentemente, enquanto o Brasil utiliza desde 1995.	

Fonte: SILVA (2016).

A diferença mais importante entre o FED e o banco central do Brasil é que o primeiro não precisa que suas decisões passem pelo parlamento, o que livra o banco central de controle e interesses estatais. O FED é composto por entidades regionais e representantes de bancos privados (SILVA, 2016).

Dessa forma, para Silva (2016), vê-se assim que o governo, detentor do monopólio da moeda, trabalha ao longo de todos esses anos como um destruidor da moeda. Enquanto moedas mais livres (até mesmo o dólar) se desvalorizam menos, a moeda brasileira que sofre intenso controle se desvalorizou quase completamente.

4.4 O GOVERNO, O FED E A CRISE DE 2008

A crise mundial de 2008 representa um acontecimento ímpar na história econômica das últimas décadas. Em primeiro lugar, porque apresentou uma combinação de fatores até então inédita, capaz de produzir um estrago sem precedentes. Por outro lado, em razão de ser fruto de uma causa já conhecida: o intervencionismo estatal desenfreado sobre a oferta monetária e concessão de crédito (ROQUE, 2018).

Conforme Roque (2018), importante lembrar que, até o início da década de 1970 – período em que os EUA experimentavam os resquícios da política de padrão-ouro – os preços dos imóveis permaneceram praticamente constantes. A partir daí os preços praticamente duplicaram em razão de inflação monetária (década de 1970), “mini bolha” no mercado imobiliário (1980), subindo continuamente desde 1990 até acelerarem em 2001 e sofrerem o colapso de 2008.

Voltando-se à década de 1990, foi neste período que duas políticas governamentais foram apontadas diretamente para o setor imobiliário. Duas grandes empresas da época – Fannie Mae e Freddie Mac –, teoricamente privadas, mas fortemente influenciadas pelo governo federal, garantiam a liquidez do mercado de hipotecas, adquirindo os empréstimos, realizados pelos compradores de imóveis, dos bancos. Isto é, o banco, ao fornecer um crédito, cria um dinheiro eletrônico e acrescenta os dígitos na conta do tomador do empréstimo, que o utilizará para adquirir um imóvel. Ao fazer isso, o banco cria um ativo (valor do empréstimo) e um passivo (dinheiro que ele deu ao tomador). Ocorre que, até então, o crescimento de ativos dos bancos era limitado por regulamentação do Banco Central, impedindo que o banco criasse ativos deliberadamente (proporcionais ao patrimônio líquido do banco) (ROQUE, 2018).

Nesse ponto que a Fannie e Freddie entram em ação: elas compravam os empréstimos imobiliários (títulos hipotecários) fornecidos pelos bancos, os quais recebiam de volta a quantia emprestada e, em seguida, estavam livres para fazer novos empréstimos sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo Banco Central e por Basileia. Com isso, os bancos que fizeram os empréstimos originais saem de cena, e os responsáveis pelos empréstimos recém-criados passavam a ser seus novos adquirentes, Fannie e Freddie (ROQUE, 2018).

Com isso, essas duas empresas, sustentadas pelo governo federal, faziam com que os bancos não mais se preocupassem com o pagamento dos empréstimos por seus tomadores, pois eles sabiam que, tão logo o criassem, os créditos seriam adquiridos por Fannie e Freddie, muitas vezes por um valor acima do montante concedido. Simples perceber que, desse modo, a quantidade de empréstimos totais fornecidos pelos bancos seria muito superior àquela que ocorreria, normalmente, em um livre mercado, no qual não haveria um comprador garantido (ROQUE, 2018).

Nesse sentido, conforme Roque (2018), Fannie e Freddie tinham duas opções: ou mantinham em suas carteiras os empréstimos, ou, por outro lado, os empacotavam e vendiam para investidores, inclusive estrangeiros. Esses pacotes de empréstimos ficaram conhecidos como “títulos lastreados em hipotecas”. Isso atraiu um número crescente de investidores, cobertos pela garantia de que F & F cobririam eventuais calotes nas hipotecas, enquanto o governo americano viria a socorro dessas empresas, caso quebrassem. A título de exemplo, em setembro de 2008,

quando Fannie e Freddie foram efetivamente nacionalizadas, elas detinham metade das hipotecas do país.

Segundo Roque (2018), é evidente que ambas as empresas não foram as únicas utilizadas como instrumentos políticos. Aliás, os bancos estavam, ainda, sujeitos a outras regulações, espécies de ações afirmativas para empréstimos, visando a promover a igualdade social e econômica. Assim, havia forte influência para que mesmo o mercado *subprime* fosse atendido. Em outras palavras, mesmo aqueles considerados de alto risco passaram a receber uma maior oferta de crédito – em verdade, o governo pressionou os bancos a deixarem de verificar os critérios de concessão de crédito dos menos avantajados, sob pena sofrerem processos de discriminação, amparados pela lei *Community Reinvestment Act*.

Todas essas ações estatais (relaxamento dos critérios de concessão de crédito e garantia da compra de empréstimos) passaram a causar distúrbios na oferta de crédito e na expansão do setor imobiliário, afastando-os daquilo que poderia ser definido como normal em uma economia de mercado. Quer dizer, o aumento artificialmente facilitado da demanda por imóveis causou o aumento de seus preços, o que atraiu especuladores que buscavam adquirir um empréstimo (sem o intuito real de morar no imóvel), para depois revendê-lo a um preço maior. Evidente que tal sistema somente é possível enquanto os preços estão em ascensão, e, tão logo eles começassem a cair, a revenda do imóvel representaria um prejuízo, motivando o calote dos investidores e abandono do imóvel (ROQUE, 2018).

Além disso, os empréstimos, agora empacotados em ativos, eram revendidos em todo mundo. Nesse cenário, as agências de classificação de risco – Moody's, Fitch e Standard & Poor's, entre outras – avaliavam positivamente esses pacotes, conhecidos como *Collateralized Debt Obligation*, mesmo quando continham ativos bons e ativos ruins, influenciando grandes conglomerados financeiros e massivos bancos de investimento a adquirirem os empréstimos portados pela Fannie e Freddie (ROQUE, 2018).

Para Roque (2018), nada disso teria acontecido – pois, em primeiro lugar, não teria sido possível – se não houvesse uma entidade incumbida com o poder legal de criar dinheiro e injetá-lo no setor bancário, para que estes pudessem fornecer empréstimos e inflar o setor imobiliário. Ainda, os empréstimos bancários para aquisição de imóveis não teriam aumentado ininterruptamente e,

consequentemente, os preços dos imóveis não teriam subido abruptamente, levando às atividades especulativas. Da mesma forma, Fannie e Freddie, sem a proteção do governo, não poderiam ter levado adiante sua aquisição non-stop de empréstimos, caso não estivessem amparados pelo governo. Por fim, mesmos os bancos teriam sido mais criteriosos em suas concessões de empréstimo caso não houvesse, à época, um decreto como o CRA para obrigá-los.

Em suma, as medidas governamentais visando o afrouxamento dos critérios de empréstimos, aliados aos privilégios usufruídos por empresas paraestatais e à facilitação de criação de crédito através do Federal Reserve, como por meio das reservas fracionárias, desviaram ao setor imobiliário uma grande porção dos investimentos nacionais e do dinheiro injetado pelo banco central americano. Auxiliando na perpetuação das distorções, as agências de classificação levavam grandes bancos, americanos e estrangeiros, a comprar títulos oriundos desse sistema cíclico, o que permitiu que Fannie e Freddie continuassem dando liquidez ao mercado imobiliário, e perpetuou a bolha que veio a estourar em 2008 (ROQUE, 2018).

Os desdobramentos dessa crise no Brasil foram sentidos anos mais tarde, quando os reflexos de algumas decisões econômicas apareceram. Ainda em 2008 houve uma queda na bolsa de valores e um aumento do dólar. Houve redução de investimentos internacionais e uma diminuição do crédito. Barbosa Filho (2015) resumiu da seguinte forma as decisões econômicas brasileiras do pós 2008:

(...) houve uma guinada da política econômica no pós-crise de 2008, que prevaleceu no governo Dilma, e colocam no centro desta mudança a condução da política fiscal expansionista e uma nova visão papel do Estado na dinâmica do crescimento. Associa-se a este argumento da elevação de gastos a adoção de diversas outras medidas da chamada “nova matriz econômica” – controles de preços, controles cambiais, subsídios, maior tolerância com a inflação, etc. – que teriam conduzido a um excesso de intervencionismo estatal e ao progressivo desmonte do chamado tripé da política macroeconômica: o regime de metas de inflação, a meta fiscal de superávit primário e o regime de câmbio flutuante (BARBOSA FILHO, 2015, s.p).

Em suma, foi o próprio governo brasileiro que, ao tentar intervir para amenizar a crise, acabou gerando uma crise maior ainda anos mais tarde, pois seguiu com conceitos econômicos atrasados, rasgando fundamentos básicos da economia. O governo americano criou uma grave crise e o brasileiro, ao tentar segurá-la, acabou criando uma outra (está com impactos terríveis para os brasileiros) que levará muito tempo até superarmos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Banco Central é aceito pelas escolas do pensamento econômico como peça fundamental para a organização do sistema financeiro, contudo, a Escola Austríaca da Econômica questiona o uso de um banco central como centralizador do sistema financeiro, diante disto a escola austríaca apresenta várias teorias de como poderia se organizar o sistema bancário sem uma peça central, e sem o controle estatal. Em seu livro *Desestatização do Dinheiro*, Hayek apresenta a teoria do sistema bancário livre, sendo este uma descrição de um novo sistema bancário e de reformas monetárias.

A Escola Austríaca também acredita que são os Bancos Centrais os principais responsáveis por crises e quebras nos sistemas financeiros, por esta razão a questão problema do estudo era “Seria o Banco Central o responsável pelas crises e desequilíbrios monetários?”. Durante a análise de dados, verificou-se que o Banco Central é sim responsável por crises e desequilíbrios, assim como defende a Escola Austríaca da Economia, isso ocorre de modo que o Banco Central juntamente com o Governo, criam políticas monetárias ineficazes, isso ficou evidente em muitos pontos da história do país.

Como no final da década de 80 até a criação do plano real, em 1994, o país passou por vários planos econômicos com metas para estabilizar e controlar a inflação, muitos deles não conseguiram alcançar esses objetivos, e por final acabaram criando ainda mais problemas. Outra evidência é a desvalorização do real em seus 26 anos de plano, a moeda brasileira perdeu cerca de 88,6% do seu poder de compra, isso significa que é preciso de muito mais dinheiro para adquirir o mesmo produto ou serviço do que duas décadas atrás.

O objetivo geral desta pesquisa era “Demonstrar a ineficiência do Banco Central do Brasil”, sendo este norteado pelo problema de estudo. O objetivo foi atingido na medida que foi capaz de recolher dados que apontam a ineficiência do Banco Central do Brasil, contudo também se observou que cada governo com sua gestão, foram contribuindo com isso. Pois, gestões fracas criam políticas monetárias fracas e isso reflete nas ações do Banco Central.

Em termos específicos o primeiro objetivo era “Descrever o início da política

monetária, assim mostrando a teoria clássica da moeda”. Esse objetivo foi realizado de modo onde foi descrito o início da política monetária apresentando as primeiras escolas do pensamento monetário, onde foi definido como peça principal do sistema financeiro o banco central.

O segundo objetivo era “apresentar a escola austríaca de economia”. Realizou-se a introdução ao pensamento econômico austríaco, assim apresentando as principais ideias que norteiam a escola austríaca, também sendo apresentada a visão austríaca sobre a política monetária. O terceiro objetivo específico era “Caracterizar o sistema financeiro nacional”, foi descrito como era organizado o sistema financeiro nacional antes e depois da criação do Banco Central do Brasil, em 1964, assim trazendo um breve resumo das funções dos órgãos que compõem o sistema financeiro.

O quarto objetivo era “Descrever a criação do Banco Central e a evolução da sua política monetária, assim caracterizando o Banco Central brasileiro”, foi realizada uma descrição de como ocorreu a criação do Bacen, e motivos do porquê se levou anos para que o Brasil tivesse um banco que centralizava as principais funções monetárias. Também foi descrito a evolução monetária brasileira passando desde o padrão-ouro até atualidade.

O quinto e último objetivo era “Elencar fatores que mostram a ineficiência do Banco Central Brasileiro”. Desta forma foi realizada uma análise sobre os planos econômicos implantados desde 1986 até a criação do real, também foi analisado a desvalorização do real em seus vinte e seis anos, mostrando também como essa desvalorização ocorreu. Também foi demonstrado, como em comparação com bancos centrais mais autônomos a taxa de inflação se mantém mais controlada, e moeda não se desvaloriza, para comprovar isto foi necessário a comparar o banco central brasileiro com o banco central americano.

Diante disso, conclui-se que a teoria defendida pela Escola Austríaca de Economia pode ser relacionada com o Banco Central brasileiro, pois o banco central sendo hoje órgão governamental apresenta falhas que afetam e desestabilizam a economia nacional, isso ficou evidente com os dados apresentados no resultado desta pesquisa. Contudo não apenas o banco central culpado de todas as crises, pois na economia existem variáveis exógenas ao sistema econômico que afetam e acarretam crises, como a pandemia do novo corona vírus, neste de ano de 2020, por exemplo.

Esse trabalho teve como proposta expor os pontos negativos do Banco Central do Brasil, a fim de demonstrar sua ineficiência, e como ela afeta a economia do país. Contudo, isso não significa que a sistema atual não possua pontos positivos, algumas escolas do pensamento econômico e alguns economistas defendem pontos positivos sobre o banco central e sobre o atual sistema. Mas não será abordado esses pontos, pois não era o objetivo desta pesquisa.

Conclui-se também que com a evolução da moeda, pode-se notar a presença de novos padrões no sistema financeiro, o aumento na comercialização de criptomoedas e o surgimento dos bancos virtuais, sugere um crescimento da independência dos bancos, e dos agentes financeiros, que cada vez mais procuram se desprender do intervencionismo estatal.

Dessa forma fica como sugestão para trabalhos futuros, o desenvolvimento de uma reorganização do sistema financeiro, levando em conta uma economia mais sustentável e menos dependente do banco central e do governo.

REFERÊNCIAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL, **Sistema Financeiro Nacional**. 2020--. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sfn>> Acessado em 04 de mai 2020.
- BANCO CENTRAL, **Calculadora do Cidadão. – Correção de valores**. 2020. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPUBLICO/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>> Acessado em 14 de nov 2020.
- BANCO DO CABO VERDE. **Caderno BCV – O que é dinheiro**. (?). Disponível em: <<http://www.bi.cv/upl/%7B90e4daab-068f-4b1f-9e18-8fbfb04cd90f%7D.pdf>> Acessado em 1º de set 2020.
- BARBOSA FILHO, F. H. (2015). **Crises econômicas e política de 2015: origens e consequências**. Conjuntura Econômica, v. 69, n. 9, set. 2015
- Bebczuk, Ricardo. **Asymmetric information in financial markets: introduction and applications**. Cambridge University Press, 2003.
- CARNEIRO, R., **Desenvolvimento em Crise – A economia brasileira no último quarto do século XX**, Unesp, São Paulo, 2002.
- CARVALHO, Fernando Cardim de. **Bretton Woods aos 60 anos**. 2004. Disponível em: <<https://christypato.files.wordpress.com/2008/09/cardim-fernando-bretton-woods-60-anos.pdf>> Acessado em 29 de mai 2020.
- CARVALHO, Fernando J. Cardim de. SOUZA, Francisco Eduardo Pires, SICSÚ, João, DE PAULA, Luiz Fernando Rodrigues, STUDART, Rogério. **Economia Monetária e Financeira – Teoria e política**. 3ª ed. Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2015.
- CASTRO, Lavinia B, **Esperança, Frustração e Aprendizado: a História da Nova República (1985-1989)**. Campus, São Paulo. 2005.
- CHAVES, Breno. **Afinal, o que é o Federal Reserve dos EUA?** Disponível em: <<https://blog.bitcointrade.com.br/afinal-o-que-e-o-federal-reserve-dos-eua/>> Acessado em 14 de nov 2020.

CORAZZA, Gentil. **O Banco Central do Brasil: evolução histórica e institucional.** 2005. Disponível em:

<http://revistas.unisinos.br/index.php/perspectiva_economica/article/view/4372

CPI INFLATION CALCULATOR, **Simular e calcular inflação do dólar.** 2020.

Disponível em: < <https://clubedospoupadores.com/simulador-inflacao-dolar>>

Acessado em 14 de nov. 2020.

FRANCO, Gustavo H. B. **A moeda e a lei – Uma História Monetária brasileira.** Rio de Janeiro. Zahar, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos; **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Cleber Baptista. **Casa da Moeda do Brasil: 290 anos de História,** 1694/1984. 1 Ed. São Paulo. Imprinta, 1984.

HAYEK, Friedcrich A. **Desestatização do Dinheiro.** 2ª ed. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2011.

HAYEK, Friedcrich A. **O Caminho da servidão.** 6 ed. São Paulo. Mises Brasil. 2010.

IORIO, Ubiratan Jorge. **A teoria monetária austríaca.** Mises Brasil. São Paulo. 2010. Disponível em: <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=697>> Acessado em: 25 de mai 2020.

KILSZTAJN, Samuel. **O Acordo de Bretton Wood e a evidência histórica. O sistema financeiro internacional no pós-guerra,**1989. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/36-6.pdf>> Acessado em: 29 de mai 2020.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LEMES, Jair. **A escola Austríaca de Economia.** São Paulo. 2017. Disponível em: <https://bravacapital.com/escola-austriaca-economia/>> Acessado em 25 de mai de 2020

LOPES, F. L., **Inflação Inercial, Hiperinflação e Desinflação: Notas e Conjecturas.** Texto para Discussão número 77, Departamento de Economia,

PUCRJ, Rio de Janeiro, 1984.

LOURENÇO FILHO, Marcelo. **O que é a escola austríaca?** São Paulo. 2018.

Disponível em: <https://medium.com/@clubecaiapos/o-que-%C3%A9-a-escola-austr%C3%ADaca-517a66586d72>> Acessado em: 25 de mai 2020

LOURES, Leandro Alves. **O combate á inflação no Brasil: do Plano Cruzado ao Plano Real**, 2013. Disponível

em:<<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/617/1/leandro%20loures%20vers%c3%a3o%208.pdf>> Acessado em 13 de nov 2020.

LOZADA, Gisele. **Metodologia Científica**. Porto Alegre- Rs. SAGAH, 2019. Minha Biblioteca. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029576/>. Acesso em: 04 Mai 2020.

MACHLUP, F. **Ludwig von Mises: A Scholar Who Would Not Compromise**.

Disponível em: < www.mises.org/library/ludwig-von-mises-scholar-who-would-not-compromise>. Acessado em: 25 de mai 2020.

MARCONI, Andrade, M. D., LAKATOS, Maria, E. **Metodologia do Trabalho**

Científico. 8ª Ed. São Paulo: Atlas S.A. 2003. Minha Biblioteca. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012408/>. Acesso em: 19 Abr 2020.

MISES, Ludwig Von. **Ação Humana: Um Tratado Sobre Economia** 1949. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

MOTTA, Sergio Eduardo. **Os austríacos e a teoria monetária**. 2018. Disponível

em: <https://medium.com/@clubecaiapos/os-austriacos-e-a-teoria-monetaria-bf6db63203a9>> acessado em: 25 de mai 2020

NEW GREENFIL, **História das Moedas**. 2020? Disponível em:

<<https://www.newgreenfil.com/pages/a-história-das-moedas>> Acessado em: 12 de set 2020.

PATRÍCIO, Inês. **A origem dos bancos Centrais**. Texto encontro em: Economia Monetária e financeira. 3ª ed. Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2015.

PAUL, Ron. **O fim do FED - Porque acabar com o banco central**. São Paulo: Realizações, 2009.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **Banco Mundial: dos bastidores aos 50 anos de Bretton Woods**. Topoi (Rio J.) vol.15 no.29 Rio de Janeiro July/Dec. 2014.

Disponível em: < [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2237-](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2237-101X2014000200527&script=sci_arttext&lng=pt)

101X2014000200527&script=sci_arttext&lng=pt > Acessado em: 10 de mai 2020.

PRODANOV, Cleber C.; FREITAS, Ernani Cesar; **Metodologia do Trabalho Científico**. 2ª ed. Rio Grande do SUL: Feevale, 2013.

QUERO FICAR RICO. **História e futuro da moeda**. 2010. Disponível em:

<<https://queroficarrico.com/blog/historia-e-futuro-da-moeda/>> Acessado em 1º de set 2020.

ROCKWELL, Lew. **O que é Liberalismo Clássico**. Mises Brasil. São Paulo: 31 de jan. de 2008. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/article/34/o-que-e-o-liberalismo-classico>> Acesso em: 28 de fev. 2020.

ROQUE, Leandro. **Como ocorreu a crise financeira americana**. 2018. disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1696>> Acessado em 14 nov 2020.

ROQUE, Leandro. **Os 25 anos do real: os preços regulados pelo governo subiram muito mais que os preços do mercado**. 2019. disponível em: <<https://www.mises.org.br/article/3207/os-25-anos-do-real-os-precos-regulados-pelo-governo-subiram-muito-mais-que-os-precos-de-mercado>> Acessado em 13 de nov 2020.

ROQUE, Leandro. **Por que o Banco Central é a raiz de todos os males**. 2011. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/article/1015/por-que-o-banco-central-e-a-raiz-de-todos-os-males>> Acessado em 14 de nov 2020.

SANDRONI, Paulo. **Novo Dicionário de Economia**. 5 Ed. São Paulo: Best Seller, 1994.

SELGIN, George. **Como funcionaria um sistema bancário genuinamente livre**. 2010. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/article/312/como-funcionaria-um-sistema-bancario-genuinamente-livre>> Acessado em 14 nov 2020.

SILVA, Everton Nunes da, PORTO JÚNIOR, Sabino da Silva. **Sistema financeiro e crescimento econômico: uma aplicação de regressão quantílica**. 2006

Disponível em: < [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-80502006000300007&script=sci_arttext)

80502006000300007&script=sci_arttext> Acessado em: 25 de mai 2020.

SILVA, Roseli. **D-ecec: FED e Banco Central Brasileiro: Uma comparação entre suas estruturas e ferramentas de Políticas Monetárias**. 2016 Disponível em: <<https://randomwalk.com.br/2016/09/19/d-ecec-fed-e-banco-central-brasileiro-uma-comparacao-entre-suas-estruturas-e-ferramentas-de-politicas-monetarias/>> Acessado em 14 de nov 2020.

Sistema Financeiro Nacional. **Banco Central do Brasil**. 2020 Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sfn>> Acessado em: 29 de mai 2020.

SOUZA, Isabela; MERELES, Carla. **História do Banco Central: como surgiu essa instituição**. 2018. Artigo disponível em: <<https://www.politize.com.br/historia-do-banco-central/#:~:text=Antes%20da%20cria%C3%A7%C3%A3o%20do%20Banco,a%20autoridade%20monet%C3%A1ria%20do%20pa%C3%ADs>> Acessado em 13 de nov 2020.

ULRICH, Fernando. **Bitcoin – a moeda na era digital**. 1 ed. São Paulo. Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2014.